

ATA DA QUADRAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 13-5-2019.

Aos treze dias do mês de maio do ano de dois mil e dezenove, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassiá Carpes, Cláudio Conceição, Eng^o Comassetto, Hamilton Sossmeier, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Nelcir Tessaro, Paulo Brum, Reginaldo Pujol, Roberto Robaina e Valter Nagelstein. Constatada a existência de quórum, a Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Airto Ferronato, Cassio Trogildo, Cláudio Janta, Comissário Rafão Oliveira, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Fernanda Jardim, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert e Ricardo Gomes. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 070/19 (Processo nº 0141/19), de autoria de Alvoni Medina; o Projeto de Lei do Legislativo nº 052/19 (Processo nº 0096/19), de autoria de Dr. Goulart. A seguir, em face de Licença para Tratar de Interesses Particulares de Moisés Barboza do dia treze ao dia dezesseis de maio do corrente, a Presidente declarou empossada na vereança, pelo mesmo período, Fernanda Jardim, informando-a que integraria a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana. Em continuidade, a Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Caren Cunha e a Daniel Lenz, respectivamente Presidenta e Vice-Presidente da Associação Comunitária Belém Velho, que se pronunciaram acerca do tema “A fibromialgia e a luta de quem sofre com uma doença invisível”. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Eng^o Comassetto. Após, nos termos do artigo 206 do Regimento, Aldacir Oliboni, Lourdes Sprenger, José Freitas, Nelcir Tessaro, Fernanda Jardim, Márcio Bins Ely e Roberto Robaina manifestaram-se acerca do assunto tratado em Tribuna Popular. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e quarenta e oito minutos às quatorze horas e quarenta e nove minutos. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Eng^o Comassetto, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão, iniciando-se o período de COMUNICAÇÕES, destinado a assinalar o transcurso do nonagésimo aniversário do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas, da Comunicação Gráfica e dos Serviços Gráficos de Porto Alegre, nos termos do Requerimento nº 019/19 (Processo nº 0092/19), de autoria de Eng^o Comassetto. Compuseram a Mesa: Mônica Leal, presidindo os trabalhos; Francisco Lázaro Peixoto da Silva e Darci Homem, respectivamente Presidente e Diretor do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas, da Comunicação Gráfica e dos Serviços Gráficos de Porto Alegre. Em COMUNICAÇÕES, pronunciou-se Eng^o Comassetto, proponente. Em prosseguimento, a Presidente convidou Eng^o Comassetto a proceder à entrega, a Francisco Lázaro Peixoto da Silva, de diploma alusivo à presente solenidade. Também, a Presidente

concedeu a palavra a Francisco Lázaro Peixoto da Silva, que se pronunciou acerca da presente solenidade. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Aldacir Oliboni, Dr. Goulart, Márcio Bins Ely e Prof. Alex Fraga. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Roberto Robaina, Karen Santos e Mauro Pinheiro, este duas vezes. Na oportunidade, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Paulo Brum, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Às quinze horas e cinquenta e três minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Votação, foram aprovados os Requerimentos n^{os} 011, 020, 040, 034, 047, 042, 030, 031, 032, 046 e 043/19 (Processos n^{os} 0071, 0103, 0180, 0128, 0199, 0183, 0124, 0125, 0126, 0198 e 0188/19, respectivamente). Foram apregoadas as Emendas n^{os} 07 e 08, assinadas por Aldacir Oliboni e Marcelo Sgarbossa, ao Projeto de Lei do Executivo n^o 004/19 (Processo n^o 0168/19), e foi aprovado Requerimento de autoria de Aldacir Oliboni e Marcelo Sgarbossa, solicitando que essas emendas fossem dispensadas do envio à apreciação de Comissões Permanentes. Foram apregoadas as Emendas n^{os} 09 e 10, assinadas por Roberto Robaina, ao Projeto de Lei do Executivo n^o 004/19, e foi aprovado Requerimento de autoria de Roberto Robaina, solicitando que essas emendas fossem dispensadas do envio à apreciação de Comissões Permanentes. Foi apregoado Requerimento de autoria de Aldacir Oliboni, solicitando votação em destaque para as Emendas n^{os} 01, 02, 03, 04, 05, 07, 08, 09 e 10 apostas ao Projeto de Lei do Executivo n^o 004/19. Foi aprovado Requerimento de autoria de Aldacir Oliboni, solicitando a retirada de tramitação da Emenda n^o 06 aposta ao Projeto de Lei do Executivo n^o 004/19. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo n^o 003/19 (Processo n^o 0167/19), por trinta e três votos SIM, após ser discutido por Roberto Robaina e Aldacir Oliboni, em votação nominal solicitada por Paulo Brum, tendo votado Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Conceição, Comissário Rafão Oliveira, Dr. Goulart, Eng^o Comassetto, Felipe Camozzato, Fernanda Jardim, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Nelcir Tessaro, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Roberto Robaina e Valter Nagelstein. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Mauro Pinheiro, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia, por vinte e dois votos SIM e sete votos NÃO, após ser encaminhado à votação por Marcelo Sgarbossa e Mauro Pinheiro, em votação nominal solicitada por Paulo Brum, tendo votado Sim Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Conceição, Comissário Rafão Oliveira, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Fernanda Jardim, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Nelcir Tessaro, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein e Não Aldacir Oliboni, Eng^o Comassetto, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina. Foi apregoada a Emenda n^o 11, assinada por Mauro Pinheiro, ao Projeto de Lei do Executivo n^o 004/19, e foi aprovado Requerimento de

autoria de Mauro Pinheiro, solicitando que essa emenda fosse dispensada do envio à apreciação de Comissões Permanentes. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Executivo nº 004/19 (Processo nº 0168/19), após ser discutido por Aldacir Oliboni, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina, Engº Comassetto, Valter Nagelstein e Adeli Sell. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 004/19, por dez votos SIM e vinte votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Aldacir Oliboni, em votação nominal solicitada por Paulo Brum, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Engº Comassetto, João Bosco Vaz, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina e Não Alvoní Medina, Cassio Trogildo, Cláudio Conceição, Comissário Rafão Oliveira, Felipe Camozzato, Fernanda Jardim, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Nelcir Tessaro, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein. Foi apregoadado Requerimento de autoria de Aírto Ferronato, solicitando Licença para Tratamento de Saúde no dia treze de maio do corrente. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 004/19, por dez votos SIM e dezoito votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Aldacir Oliboni e Prof. Alex Fraga, em votação nominal solicitada por Paulo Brum, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Engº Comassetto, João Bosco Vaz, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina e Não Alvoní Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Conceição, Comissário Rafão Oliveira, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, José Freitas, João Carlos Nedel, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Nelcir Tessaro, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 03 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 004/19, por oito votos SIM e vinte e dois votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Aldacir Oliboni, em votação nominal solicitada por Paulo Brum, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Engº Comassetto, João Bosco Vaz, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina e Não Alvoní Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Conceição, Comissário Rafão Oliveira, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Fernanda Jardim, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Nelcir Tessaro, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 04 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 004/19, por oito votos SIM e vinte e dois votos NÃO, em votação nominal solicitada por Paulo Brum, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Engº Comassetto, João Bosco Vaz, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina e Não Alvoní Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Conceição, Comissário Rafão Oliveira, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Fernanda Jardim, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Nelcir Tessaro, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein.

Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 05 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 004/19, por onze votos SIM e vinte votos NÃO, em votação nominal solicitada por Paulo Brum, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Cláudio Janta, Dr. Goulart, Engº Comassetto, João Bosco Vaz, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina e Não Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Conceição, Comissário Rafão Oliveira, Felipe Camozzato, Fernanda Jardim, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Nelcir Tessaro, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 07 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 004/19, por onze votos SIM e vinte votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Aldacir Oliboni, em votação nominal solicitada por Paulo Brum, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Cláudio Janta, Dr. Goulart, Engº Comassetto, João Bosco Vaz, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina e Não Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Conceição, Comissário Rafão Oliveira, Felipe Camozzato, Fernanda Jardim, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Nelcir Tessaro, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein. Foi votada destacadamente e aprovada a Emenda nº 08 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 004/19, por vinte e oito votos SIM, um voto NÃO e uma ABSTENÇÃO, após ser encaminhada à votação por Aldacir Oliboni, em votação nominal solicitada por Paulo Brum, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Cláudio Conceição, Comissário Rafão Oliveira, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, Fernanda Jardim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Nelcir Tessaro, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Reginaldo Pujol e Roberto Robaina, votado Não Professor Wambert e optado pela Abstenção Ricardo Gomes. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 09 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 004/19, por dez votos SIM e vinte e dois votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Roberto Robaina, André Carús, Dr. Goulart, Prof. Alex Fraga, Valter Nagelstein, Engº Comassetto e Roberto Robaina, em votação nominal solicitada por Paulo Brum, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Cláudio Janta, Engº Comassetto, João Bosco Vaz, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina e Não Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cláudio Conceição, Comissário Rafão Oliveira, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Fernanda Jardim, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Nelcir Tessaro, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 10 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 004/19, por nove votos SIM e vinte e quatro votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Valter Nagelstein, Ricardo Gomes e Cláudio Janta,

em votação nominal solicitada por Reginaldo Pujol, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Engº Comassetto, João Bosco Vaz, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina e Não Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Cláudio Conceição, Comissário Rafão Oliveira, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Fernanda Jardim, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Nelcir Tessaro, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein. Foi votada destacadamente e aprovada a Emenda nº 11 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 004/19, por trinta e três votos SIM, em votação nominal solicitada por Reginaldo Pujol, tendo votado Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Cláudio Conceição, Comissário Rafão Oliveira, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, Fernanda Jardim, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Nelcir Tessaro, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein. Foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 004/19, por trinta e quatro votos SIM, em votação nominal solicitada por Reginaldo Pujol, tendo votado Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Cláudio Conceição, Comissário Rafão Oliveira, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, Fernanda Jardim, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Nelcir Tessaro, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Roberto Robaina e Valter Nagelstein. Durante a sessão, Valter Nagelstein, André Carús e Prof. Alex Fraga manifestaram-se acerca de assuntos diversos. Também, foi registrada a presença de Dário Silveira, vereador de Canoas. Às dezoito horas e trinta e cinco minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Mônica Leal, Paulo Brum e Reginaldo Pujol e secretariados por Alvoni Medina. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pela Presidente.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Registro a presença do Ver. Dário Silveira, do PDT de Canoas, seja muito bem-vindo.

O Ver. Moisés Barboza solicita Licença para Tratamento de Saúde no período de 13 a 16 de maio de 2019. A Mesa declara empossada a Ver.^a Fernanda Jardim, nos termos regimentais, que integrará a Comissão de Defesa do Consumidor, Direito Humanos e Segurança Urbana.

Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença da Associação Comunitária Belém Velho – Ascobev, que tratará sobre a fibromialgia e a luta de quem sofre com uma doença invisível. O tempo regimental de 10 minutos para manifestação será dividido entre dois oradores. A Sra. Caren Cunha, presidente, e o Sr. Daniel Lenz, vice-presidente, estão com a palavra.

SRA. CAREN CUNHA: Boa tarde a todos. Em primeiro lugar, gostaria de fazer um agradecimento muito especial ao Ver. Engº Comassetto, por ter acolhido, de forma tão carinhosa, a nossa demanda e por ter proporcionado este dia de hoje. Estendo o meu agradecimento a todos os vereadores de cada município do nosso País que têm atendido a esta mesma demanda dos nossos irmãos fibromiálgicos e aos nossos vereadores dos municípios gaúchos que também têm nos atendido. Aqui nos honram com presença o Ver. Carlos Elias, de Eldorado do Sul – agradeça, por favor, também, ao Ver. Pastor Gelson –, aos Vereadores Dario e o Linck de Canoas, onde, inclusive, a lei já foi sancionada na semana retrasada. Soma-se a estes uma lista de cidades da Grande Porto Alegre, cidades que já atenderam a nossa demanda. Muito obrigada.

Senhoras e senhores, coube a mim a difícil tarefa de falar de uma doença tão complexa, que é a fibromialgia, que nem a medicina, nas últimas décadas, a estudando, conseguiu compreender muito bem. Mas posso lhes falar como paciente que sou: a fibromialgia é uma doença que causa muita dor. Senhores, nós sentimos dor o tempo todo, nós sentimos dor inclusive enquanto dormimos, e isso faz com que tenhamos um sono não reparador, que nós acordemos mais cansados do que fomos dormir na noite anterior.

Isso me faz também falar sobre a fadiga que acaba nos afetando, o segundo sintoma mais frequente da fibromialgia. Senhores, fadiga não é um simples cansaço, fadiga é a impossibilidade de executar tarefas simples como vestir-se, como tomar banho. E, fossem essas duas as principais características da doença, isso já seria sofrimento bastante, mas não é. Temos uma lista de outros sintomas que nos acompanham, como a síndrome do intestino irritável, a intolerância química múltipla, sensibilidade ao frio, intolerância ao exercício, problemas cognitivos de concentração e tantos outros. Eu costumo dizer que, diante de todos esses sintomas, nenhum deles faz com que sofram tanto quanto a crueldade de ter uma doença que se esconde atrás de um corpo sadio. Eu desafio qualquer um aqui presente a identificar em mim um sinal que diga que eu sofro, e eu sofro, garanto-lhes, muito com essa doença.

Senhores, nós travamos uma batalha diária de convencimento da sociedade de que estamos, sim, doentes, de que o que sentimos não é preguiça, não é falta de vontade, é real, por isso viemos aqui hoje pedir que, nos próximos dias, quando vier à votação o projeto de lei simples, que não onera em nada o nosso Município, mas que estende as filas preferenciais e as vagas de estacionamento às pessoas com fibromialgia, que esta Casa possa dizer “sim”, porque nós acreditamos que, com o respaldo das instituições, nós possamos trazer para a nossa sociedade porto-alegrense uma discussão

mais produtiva. Quando Porto Alegre nesta Casa diz “sim, a fibromialgia é uma doença real, ela afeta a qualidade de vida das pessoas, eles precisam de auxílio e de ajuda”, vocês certamente não estarão ajudando na nossa doença ou dando alívio médico, porque isso é para a medicina, mas vocês estarão aliviando a nossa dor psicológica, a dor do preconceito e a dor do abandono. Muito obrigada por este momento.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Sr. Daniel Lenz está com a palavra.

O SR. DANIEL LENZ: Boa tarde a todos os vereadores, a todos os colegas da grande Porto Alegre, pessoal de Cachoeirinha, Gravataí, Sapucaia, Esteio, que hoje vieram aqui a esta Casa fazer esse marco dessa luta dentro do Estado do Rio Grande do Sul. Eu vim aqui, senhores e senhoras, trazer este grande problema que nós, fibromiálgicos, enfrentamos todos os dias, que é o preconceito. Senhores, nós, todos os dias, temos dores e estamos aqui trazendo essa discussão hoje para que essa lei sirva de exemplo para o resto do Rio Grande do Sul e do Brasil. Mais de 200 municípios foram atingidos com esse projeto de lei, e mais de 90 já foram votados por unanimidade dentro do Brasil, sendo que 40 já são projetos de lei sancionados. Queríamos aqui pedir que viesse à discussão nesta Casa um assunto de extrema importância, porque os fibromiálgicos não querem auxílio-doença, não querem aposentadoria, querem, sim, reconhecimento, eles querem tratamento.

E só assim – fazendo políticas públicas, e hoje a gente está aqui dentro, discutindo, falando sobre o assunto – que as pessoas com essa doença, essa síndrome, poderão ter uma qualidade de vida melhor. Eu quero contar com o apoio de todos vocês, peço apoio, nós estamos falando de 5% da população brasileira, uma média de 5 a 6 milhões de pessoas com fibromialgia. Não estamos falando de 50 ou 100 pessoas, volto a falar aqui, o nosso objetivo é que haja políticas públicas para que, quando a pessoa for diagnosticada com a fibromialgia, possa ter um atendimento lá no posto de saúde, que ela possa ser tratada com uma real doença, só assim ela poder ser incluída, porque o fibromiálgico, neste momento, está sendo excluído da sociedade, ele não é aceito pelo patrão, pelo empregador, assim como não é aceito dentro do INSS.

O fibromiálgico não tem capacidade laborativa como uma pessoa normal, e é sobre isso que a gente vem aqui hoje pedir o apoio de vocês, por este motivo: como há o preconceito, o próprio homem – me coloco nesta posição, na população do Brasil de fibromiálgicos somos só 10% – é duplamente discriminado, porque, como a minha colega vice-presidente falou, olhando para nós, quem diz que temos a doença, ou para qualquer colega que está lá presente? Eu faço uma aposta: pode ser que vocês não conheçam nenhum fibromiálgico, mas algum fibromiálgico conhece vocês.

Então, eu peço, de coração, que aqui dentro desta Casa comece, hoje, com este projeto, e a partir de hoje comecemos a ter um vínculo com as pessoas com

fibromialgia e doenças correlacionadas, para que possamos, todos juntos, trabalhar e ter uma melhor qualidade de vida. Muito obrigado pela atenção de todos. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ENG^o COMASSETTO (PT): Prezada Presidenta Mônica Leal, colegas vereadores e vereadoras, prezado Daniel Lenz e prezada Caren Cunha, quero dizer que é uma satisfação para todos nós recebê-los e auxiliar a transmitir o que é a fibromialgia e quais suas consequências. Ao mesmo tempo, quero dizer que dia 12 de maio é o Dia Mundial da Fibromialgia, e aqui nesta Casa já houve um projeto de lei, de autoria do Ver. Dr. Thiago, que trouxe este tema. Agora, nós, com a procura da Caren e de outras pessoas que sofrem da fibromialgia, estamos trazendo para que seja incorporada com as demais doenças que existem e que recebem o tíquete para estacionar, entre outras questões. É um tema para nós debatermos e trabalharmos aqui na Casa.

Hoje nós estamos aqui com os trabalhadores e com as trabalhadoras da saúde da família, justamente para discutir saúde e verificar esses temas. Aqui nesta Casa, nós trabalhamos com frequência sobre as doenças raras – um ou outro colega traz o tema. Eu quero dizer que, em 2006 ou 2007, fomos procurados pelo pessoal que sofre da síndrome da ataxia dominante. Aí, estudando o tema, eu fui saber, Presidente, que existem mais de 5,2 mil doenças raras que não estão incluídas no catálogo do INSS ou da previdência ou que não são tratadas pela sociedade. Essas pessoas, como falou aqui a Caren, sofrem as dores do dia a dia e não têm a quem recorrer, portanto creio que a Casa do Povo de Porto Alegre acolhe a associação porto-alegrense, gaúcha e nacional que luta para que essa doença seja reconhecida. Nada pior na vida de qualquer ser humano do que viver com dores e não saber como controlar, e, ao mesmo tempo, as outras pessoas não entenderem e não reconhecerem isso.

Então, hoje, colegas vereadores e vereadoras, este tema volta a esta Casa para que nós possamos analisar e acolher aqui justamente a associação que trata deste tema, que luta contra este tema, para que nós possamos fazer com que a sociedade compreenda isso, Ver. Cassiá, como uma grande preocupação de todos nós. Falando em nome da nossa bancada – e acho que posso dizer que falo por todos os colegas vereadores –, este é um dos temas – temas de doenças, temas de busca de direitos, temas que reconheçam o sofrimento das pessoas – que devem ser tratados como um tema universal. Essa doença é transmitida pela questão genética, a fibromialgia é muito recorrente em pessoas da mesma família, traz-se isso historicamente, o que pode ser um indicador de que existem algumas mutações genéticas capazes de causar essa síndrome. Infecções por vírus e doenças autoimunes também podem estar envolvidas nas causas das doenças. Aí traz distúrbios de sono, sedentarismo, ansiedade, depressão, que podem estar ligados também à síndrome. Eu poderia aqui tratar os temas que são muitos, mas

aqui estão vocês que trabalham no dia a dia, e eu tenho certeza de que lá no instituto da família, na política da saúde da família, vocês, visitando as pessoas, encontram nas famílias pessoas que sentem essas dores e não sabem o que é.

Então, hoje a Câmara, através dessa proposição, acolhe a associação, e podemos logo, logo tratar o projeto que foi sugerido por essa associação, para aqui dizermos um “sim”, um “sim” de acolhimento a toda essa gama da sociedade, que, pelo número que o senhor falou aqui, é surpreendente: 5% da sociedade brasileira sofrendo disso e não sabe do que sofre e não estão reconhecidos em muitas coisas. Na Câmara de Porto Alegre, é um prazer o acolhimento, e vamos tratar com carinho e com a justiça que merecem cada um e cada uma que trabalham e sofrem desse tema. Um grande abraço, boa luta. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nobre Presidenta, em nome da bancada do PT, eu queria fazer o aparte dos dois minutos, saudando da Tribuna Popular, aqui presente, na nossa Câmara Municipal, a Sra. Caren Cunha e o Sr. Daniel Lenz, que vêm aqui trazer um tema muito preocupante para todos nós, que é a fibromialgia, uma doença, um diagnóstico que nós, muitas vezes, não conseguimos identificar qual o especialista poderemos procurar. E, no caso, o reumatologista é que vai identificar e dizer quais são os sintomas que essa pessoa pode ter. E eu fiz questão de lembrar aqui que essas dores generalizadas, que podem durar até três meses, dores musculares, câimbras, problemas digestivos, boca, nariz e olhos secos, dores de cabeça crônica, fraqueza, cansaço, que muitas vezes nós não conseguimos identificar, nós, cidadãos, só um especialista pode trazer o esclarecimento a todos nós.

Esse apelo da Associação Comunitária Belém Velho dialoga com a necessidade de Porto Alegre ter uma rede de atendimento de atenção ao cidadão que possa, por exemplo, com esses inúmeros profissionais da saúde que estão aqui, do Programa de Saúde da Família e da Rede Básica, identificar muitos cidadãos portadores da fibromialgia e que depois tenham continuidade no tratamento, tenham medicamento. Então, é necessário que o governo perceba isso, como outras patologias, e crie um programa para a cidade. Então nós, da bancada do PT, nos associamos a essa ideia, que cada vez mais os senhores e as senhoras venham aqui para levantar essa questão, o que nos ajuda a questionar a gestão municipal, que, infelizmente, hoje não olha só para o atendimento básico, que não amplia, mas também não olha pela valorização do profissional da saúde. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Sra. Presidente, ouço com atenção a pauta da fibromialgia e sobre a luta de quem sofre com uma doença invisível, Sr. Daniel, Sra. Caren. É uma doença considerada rara, e 3% da população brasileira, conforme estatística, sofrem desse mal. É um mal, como tenho familiar com esse mesmo problema, sei que se passa de médico em médico até encontrar esse diagnóstico, enquanto isso vários medicamentos foram indicados, e a pessoa, depois de um, dois anos, descobre o que é esse mal, que vai paralisando muitas vezes. Então, recomendam-se exercícios, controle de estresse, hábitos saudáveis para aliviar os sintomas, entre outros, mas, na rede pública, onde vai ter toda essa amplitude de exercícios como natação, fisioterapia, que é bem mais complexa do que a fisioterapia que é oferecida? É bem-vinda essa visibilidade ao problema aqui na Câmara, que a gente possa auxiliar na ampliação desse tratamento aos que sofrem dessa doença. Parabéns a vocês.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. José Freitas está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (PRB): Ver.^a Mônica, nossa presidente, cumprimento aqui o Sr. Daniel Lenz e a Sra. Caren Cunha, que estão à frente levantando essa bandeira. Aproveito a oportunidade para cumprimentar meu colega Ver. Dario Silveira, do município de Canoas, ambos somos do mesmo Município de General Câmara, Porto Alegre me adotou em 1985, e Canoas adotou o Dário, vereador por três mandatos lá, também do PDT. Eu confesso que é a primeira vez que eu ouço falar – e acredito que muitos colegas vereadores também – sobre a fibromialgia. Tenho certeza de que os colegas vereadores estarão engajados, a partir de hoje, nessa luta junto com os senhores. Podem contar conosco, podem contar com a bancada do PRB, eu e o Ver. Alvoni Medina. Sucesso, que todas as pessoas que são portadoras venham, daqui para frente, ter um conforto melhor. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Nelcir Tessaro está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR NELCIR TESSARO (DEM): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu quero me somar às palavras que foram ditas da tribuna. É muito importante esse alerta sobre uma doença invisível, sobre uma dor oculta que as pessoas que sentem não conseguem fazer o outro ficar convencido do que estão

sentindo. É uma dor pela qual as pessoas não podem faltar ao trabalho, porque não existe um atestado para dizer que ela está doente e não tem condições de trabalhar. Eu conheço uma pessoa que tem, sei do sofrimento, da dor constante. Ela diz que se acostumou a conviver com a dor, e põe um comprimidinho embaixo da língua para tentar passar o dia com o sofrimento por que passa. A bancada do DEM – Ver. Conceição, Ver. Pujol – vai se somar a esse projeto, a esse alerta que foi feito aqui na Câmara de Vereadores, que esse alerta sirva para toda a população. Quem tem dor é que pode dizer realmente o que está sentido – não a outra pessoa que apenas está ouvindo –, que não pode trabalhar porque está com dor no corpo. Não é a dor no corpo, é dor na pele, essa dor passa por baixo da pele e deixa a pessoa com sensibilidade, sem condições de trabalhar. Parabéns e vamos adiante com esse trabalho.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Fernanda Jardim está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA FERNANDA JARDIM (PP): Sra. Presidente, quero registrar a minha solidariedade à Caren e ao Daniel, porque eu, como psicóloga, já atendi pacientes com fibromialgia, conheço bem a dor, conheço o sofrimento, conheço a angústia de não conseguir externar, muitas vezes, o que sente. Eu deixo o meu registro de apoio, de compreensão e quero dizer que, se vocês precisarem, estamos à disposição. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Ver.^a Mônica Leal, na pessoa de V. Exa. cumprimento os demais vereadores e vereadoras. Também quero fazer uma saudação ao Daniel e à Caren, especialmente pelas manifestações da tribuna, mas também, Caren, pela mobilização. Permita-me também fazer uma saudação ao Ver. Dario, aqui representando Canoas. Tive a grata satisfação de almoçar com o João Ferreira, representando Eldorado, acho que essa integração metropolitana... Agradeço ao Ver. Comassetto pela iniciativa da mobilização, também percebemos aqui um grupo de trabalhadores do IMESF, que vem, casualmente, nesta pauta da saúde. (Palmas.) Estão batalhando por isonomia e outros temas. Permita-me fazer uma saudação em nome da Singrid Virginia, filha da Dona Georgina, uma grande apoiadora nossa, parceira. Estaremos lutando com vocês, pela isonomia, sim.

Ver.^a Mônica, a senhora sabe quem é que foi acometido da fibromialgia? O João Teodoro da Silva, que é o presidente do Conselho Federal dos Corretores de Imóveis. Eu não sabia também, assim como um dos vereadores que me antecedeu disse

que desconhecia a fibromialgia, que é uma dor nas articulações, dói todo o corpo. Então, em nome da bancada do PDT, na condição de líder da bancada do meu partido, quero me somar a essa pauta de vocês, estaremos batalhando para dar mais visibilidade à questão do enfrentamento a essa doença silenciosa, e aquilo que nós pudermos fazer aqui em torno de políticas públicas, em prol de apoio às pessoas portadoras da fibromialgia, que a Câmara Municipal possa estar se somando. Feitos os devidos registros, agradeço, muito obrigado. Um forte abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente Mônica, Sr. Daniel, Sra. Caren, eu queria trazer a solidariedade do PSOL, da minha bancada, portanto em nome do Alex Fraga, em nome da Karen. Também trago aqui, a pedido do Ver. Ferronato, a saudação da bancada do PSB, do Ver. Ferronato e do Ver. Paulinho Motorista. Eu creio que teve uma feliz coincidência de vocês estarem aqui hoje tratando de um tema importante de saúde pública e, pelo próprio relato de vocês, uma doença que pode ser ignorada, mas já não pode ser dita como rara, porque, realmente, o percentual de pessoas que tem a doença é muito grande. E aqui, conversando nos corredores, a gente descobre pessoas que tiveram esse diagnóstico e que, infelizmente, a sociedade desconhece e acaba não tendo políticas públicas em relação a esse assunto. Por isso é muito importante a iniciativa de vocês, e eu dizia que tem uma feliz coincidência porque nós estamos aqui, e o Ver. Márcio Bins Ely já apontou, com os trabalhadores do IMESF, que são trabalhadores que estão fazendo uma luta para que as reivindicações dos trabalhadores da saúde não sejam inviabilizadas também. Nós temos um quadro trágico onde a doença é invisível às vezes, e, às vezes, também as políticas públicas são invisíveis àqueles trabalhadores que garantem que a política pública chegue na ponta e atenda a população mais necessitada, que são os próprios trabalhadores da saúde pública.

Por isso hoje, e chamo a atenção dos vereadores e das vereadoras, nós, além desta homenagem, além de nos colocarmos à disposição de vocês em relação aos projetos que vocês consideram úteis para que a gente possa ter política que amenize o problema, temos – e o líder do governo tem que ter isso presente – vários trabalhadores do IMESF trazendo suas reivindicações. Nós temos hoje essa pauta aqui na Câmara, e quero crer que os vereadores sejam sensíveis à defesa da saúde, não só se manifestando neste microfone, mas votando de modo correspondente a defender os interesses dos trabalhadores. Muito obrigado e parabéns pela iniciativa.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Casa do Povo porto-alegrense acolhe todos os temas e pontos que puderem ser discutidos, esclarecidos, sanados e levados ao conhecimento de quem precisa; são válidos, hoje trazendo aqui, o Sr. Daniel Lenz e a Sra. Caren Cunha tocando numa questão tão importante da saúde, que é a fibromialgia. Como todos concluíram e disseram aqui, é uma doença silenciosa e afeta uma grande parte da população, e nós estamos prontos a ajudá-los. Obrigada. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h48min.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) – às 14h49min: Estão reabertos os trabalhos.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Comunicações. Após retornamos à ordem normal.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Engº Comassetto. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje este período é destinado a assinalar o transcurso do 90º aniversário do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas, da Comunicação Gráfica e dos Serviços Gráficos de Porto Alegre, nos termos do Requerimento nº 019/19, de autoria do Ver. Engº Comassetto.

Convidamos para compor a Mesa: o Sr. Francisco Lázaro Peixoto da Silva, presidente da entidade; o Sr. Darci Homem, diretor da entidade. O Ver. Engº Comassetto, proponente desta homenagem, está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Sra. Presidenta, Ver.^a Mônica Leal; Sr. Francisco Lázaro Peixoto da Silva, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Gráfica da Comunicação Gráfica e dos Serviços Gráficos de Porto Alegre, Sr. Darci Homem, diretor do Sindicato, os demais diretores aqui presentes, o Sr. Sandro Abreu Navarro, o Sr. Jairo Chalmers, ao nosso sempre presidente desta Casa, ex-vereador João Motta, que acompanha aqui a delegação, colegas vereadores e vereadoras. É com muita satisfação que hoje podemos receber aqui e comemorar os 90 anos do Sindicato Gráfico de Porto Alegre. Isso não é pouca coisa, 90 anos de trabalho, de organização, de lutas.

Eu gostaria muito de fazer uma referência ao momento que estamos vivendo, um momento difícil, de refluxo do trabalho formal, um momento onde a

revolução tecnológica também empurra a indústria gráfica para a sua substituição por serviços digitais, entre outros. Mas ela jamais vai ser apagada, ou jamais vai ser substituída integralmente, porque o registro escrito da nossa história, quando iniciou a Internet, prezado Adeli Sell, que preside também aqui a Frente da Leitura, diziam que os livros iriam acabar, diziam que os jornais escritos iriam acabar, e nós sabemos que não acabam, desde Gutenberg até hoje, persiste a indústria gráfica ser presente. No mundo inteiro, desde a antiguidade até os dias atuais, sempre formaram categorias para defender os seus direitos, e o Sindicato Gráfico representa uma das primeiras categorias a se organizar, se tornando na história do movimento operário um dos ramos mais importantes nas lutas em defesa da humanidade.

No Brasil, as particularidades da nossa história fizeram desses homens e mulheres verdadeiros heróis das letras, enfrentando repressões em períodos críticos da política do País, deixando lições às gerações posteriores. O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas, da Comunicação Gráfica e dos Serviços Gráficos de Porto Alegre, fundado em 12 de maio de 1929, ontem completou 90 anos de idade, comemorou neste 12 de maio seus 90 anos de história e lutas defendendo os trabalhadores e trabalhadoras gráficos da capital gaúcha. O Sindicato também representa os trabalhadores e trabalhadoras dos municípios de Viamão, Guaíba, Eldorado e Alvorada. O movimento operário deve estar orgulhoso de ter em seus anais o trabalho de incontáveis trabalhadores e trabalhadoras gráficas, a exemplo da histórica greve de 1953, que parou o parque gráfico de Porto Alegre por 29 dias por melhorias nas condições de trabalho. Os 90 anos do Sindicato resgatam o passado que está vivo, presente em cada trabalhador e trabalhadora da atualidade. A grandeza e a resistência desses companheiros que dedicaram suas vidas na defesa dos direitos fundamentais dos trabalhadores, reforçando a ação sindical na vida das pessoas, a luta do Sindicato ecoa nos direitos da classe trabalhadora. Parabéns aos 90 anos de serviço prestado à capital dos gaúchos e a todos os trabalhadores e trabalhadoras gráficas de Porto Alegre.

Quero dizer que neste momento, quando está em pauta a Reforma da Previdência, e eu digo aqui que não é uma reforma, é o fim do sistema previdenciário de Porto Alegre e do Brasil, obviamente que a categoria dos gráficos enfrenta esse problema... A nossa luta, dos trabalhadores, é para dizer que a Reforma da Previdência que aí está não pode passar, porque isso desconstitui os direitos daqueles que mais sofrem hoje. Os nossos parabéns a todos os gráficos e gráficas pelos 90 anos, certamente serão muitos anos de luta e trabalho a todos vocês. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Convido o Ver. Engº Comassetto a proceder à entrega do diploma.

(Procede-se à entrega do diploma.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Convidamos para fazer uso da palavra o Sr. Francisco Lázaro Peixoto da Silva, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas, da Comunicação Gráfica e dos Serviços Gráficos de Porto Alegre.

SR. FRANCISCO LÁZARO PEIXOTO DA SILVA: Boa tarde às vereadoras e aos vereadores. Aproveitamos para parabenizar as mulheres pelo Dia das Mães, que passou ontem e, na compreensão desta entidade, é todos os dias. Parabéns então a todas as mulheres pelo Dia das Mães. Também fizemos quórum em relação ao Sindisaúde, que é dos trabalhadores da área de saúde pelo grande desempenho na luta dos trabalhadores (Palmas.) O sindicato dos gráficos sente que faz parte desse movimento também. Parabéns a todos vocês.

Aproveitamos o momento para convidar a Casa do Povo, as vereadoras e os vereadores a pegarem o transporte coletivo de Porto Alegre. Por volta das 17h, peguem um ônibus na Salgado Filho; senhoras e senhores, é um caos. A gente faz esse convite aqui porque entendemos que isso faz parte do trabalho de vocês, e nós, enquanto sociedade, temos que fazer uso do nosso papel e cobrar isso de vocês. As ruas de Porto Alegre não têm nada de alegre; são intransitáveis; é uma vergonha. E nós colocamos isso porque, há pouco tempo aqui, o IPTU deu um salto. E, evidentemente, nós temos que cobrar um retorno e entendemos que vocês devem ser a nossa voz nesse contexto.

Aproveitamos para agradecer ao Ver. Engº Comassetto pela homenagem prestada ao Sindicato dos Gráficos nos seus 90 anos. O Sindicato dos Trabalhadores de Porto Alegre, fundado em 12 de maio de 1929, completa 90 anos de muitas lutas e resistência neste ano. Nessa sua longa existência, o sindicato tem feito um enfrentamento árduo em defesa dos trabalhadores. Já passamos por ditaduras, por intervenção, todas péssimas recordações, pois foram nefastas para os trabalhadores, para a cultura, para a educação e, acima de tudo, pelas retiradas de direitos, sobretudo em relação às liberdades de expressão de movimentos estudantis e sindicais. Teremos um enfrentamento duro com o novo governo – ou desgoverno –, que tem propostas que vão de encontro aos interesses dos trabalhadores e das trabalhadoras. A reforma previdenciária é a menina dos olhos dessa turma, o trabalho informal é a grande solução para eles, mais trabalho e menos direitos, uma nova reforma trabalhista já cogitada, carteira verde e amarela, tudo o que o capital mais quer. Temos que ser resistência, e para isso teremos que ser também sobreviventes, e isso não será tarefa fácil, pois a reforma trabalhista impôs ao movimento sindical uma realidade talvez ainda não vivenciada, somando-se a isso o desemprego, baixos salários e um governo quebrado pela informalidade e menos direitos – com certeza tempos difíceis.

Nesses períodos de resistência, a França nos dá um exemplo admirável: a rua nos espera. Os coletes amarelos nos dão uma lição: a nova resistência tem que ser aliada a planejamento, ações com o objetivo de sermos agentes transformadores, atuantes em nossa sociedade, pois existe uma casta que se considera dominadora e se julga acima de nós e da lei. Um país não pode dar certo com a classe política e da Justiça recebendo salários de R\$ 40 mil e mais mordomias, enquanto o salário mínimo é

de menos de mil reais, quando temos 14 milhões de desempregados, analfabetos, miseráveis, que não têm acesso às políticas públicas de extrema necessidade, como educação, saúde e segurança. O caos está bem perto de nós, e temos que reagir com ações positivas, descruzar os braços, e ir para as ruas é solução irremediável. A nossa força de trabalho é desrespeitada todos os dias. É nossa tarefa não aceitar mais os desmandos dos políticos e da justiça. Não podemos mais sermos cortados como cordeiros a mando do capital. Resistência, luta, indignação e sensibilidade é o que está faltando à nossa sociedade de forma geral. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Parabéns a todos os membros e diretorias que trabalharam pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas, da Comunicação Gráfica e dos Serviços Gráficos de Porto Alegre nesses 90 anos de atividade, certos da importância do seu papel no amparo e no incentivo à categoria, que é tão ampla e de serviços tão úteis à sociedade. Agradecemos a presença das senhoras e dos senhores e damos por encerrada esta homenagem. (Palmas.)

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo a nossa Presidenta, Ver.^a Mônica; colegas vereadores e vereadoras, público da área da saúde que está aqui, trabalhadores e trabalhadoras do IMESF e da saúde, sejam bem-vindos. (Palmas.)

Hoje o governo municipal vai priorizar dois projetos que para ele são importantes, como creio que para todos nós, também, são importantes, na medida em que nós possamos conseguir continuar com o programa da operação inverno, mas também qualificar, melhorar, dialogar e compor com a melhoria e com o atendimento das reivindicações dos trabalhadores do IMESF. Quem dos senhores e das senhoras acha que é justo um cidadão, que é médico, enfermeiro, técnico de enfermagem, agente de comunitário ou agente de endemias, trabalhar no mesmo lugar e ganhar salários diferentes? É justo? É justo esses mesmos trabalhadores trabalharem no mesmo local e uns ganharem insalubridade pelo salário base e outro pelo salário mínimo? É justo? Pois, então, essas são apenas duas das reivindicações que esses trabalhadores vêm trazer para a Câmara de Vereadores para serem incluídas na lei que, agora, o governo quer modificar, no programa, que é o IMESF.

Por isso, por nada mais e nada menos, que nós nos debruçarmos sobre as emendas que serão apresentadas ou foram apresentadas e que dialogam com essa problemática que estamos trazendo, até porque tem, por exemplo, algumas emendas em que aludem a representatividade. Quem dos senhores acha que num conselho de curador não pode ter trabalhador representando os trabalhadores? É óbvio que tem que ter, não é mesmo? O governo não reconhece isso e tenta modificar tirando uma prerrogativa que é natural e democrática em todos os lugares, em todos os conselhos representativos, até porque em todos eles tem sempre gente do governo e da comunidade, daqueles segmentos que ora são representados.

Por isso nós vamos, hoje, sim, debater esses dois projetos, mas queremos que, quando chegar na modificação do IMESF, possamos perceber a importância, Ver. Robaina, da tua emenda quando fala da paridade. (Palmas.) E das nossas emendas, quando fala da insalubridade, quando fala da representatividade, quando fala que concordamos com a redução da carga horária dos médicos porque é uma bandeira deles, mas de outra forma, como terá médico à tarde, por exemplo? Se um médico recusa a carga horária de 40 horas, trabalhará 20 horas, no turno da manhã, à tarde o governo tem que encontrar outra saída para continuar o atendimento médico. Não adianta eu dizer que defendo o terceiro turno se não consigo preencher nem mesmo os espaços para o segundo turno. (Palmas.) É importante também dizer que, por lei federal, o incentivo dado aos agentes comunitários de saúde é lei federal que passa para os Estados, que repassam aos Municípios, porque uma das emendas não concorda que, ao receber o benefício, o governo se compromete a repassar 30 dias depois. Algo natural, é obvio. É obviedade.

Por isso, nesta tarde, a nossa Bancada do PT falará, sim, em todas as emendas, dialogará não só com a dignidade, mas com o compromisso sério do governo e, quando não concordar com uma emenda, que acha que não é matéria para o projeto, que possa então se comprometer e dialogar ali na frente com o documento para o dissídio coletivo da categoria. Era isso. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Dr. Goulart está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR DR. GOULART (PTB): Boa tarde, Sra. Presidente, Ver.^a Mônica Leal; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, nossos amigos, colegas, amigos que nos visitam e TV Câmara; eu acho que é chegado o momento de a gente terminar essa conversa com o governo de maneira positiva. A maioria dos itens apresentados pelos vereadores como emendas e a maior parte do pensamento de todos os vereadores é no sentido de que devemos estar juntos com os funcionários do IMESF, devemos estar juntos. É necessário que tenha horário para fazer estudos? É necessário que tenha, a evolução própria das pessoas requer esse tipo, é moderno, dentro das relações trabalhistas, a gente ter um horário para estudo, isso o governo está de acordo, estamos de acordo.

A respeito da direção leiga e da direção técnica, também interessa, que é um pedido dos funcionários para o governo. O que o governo pede que a gente espere mais um pouco para discutir de maneira específica é o fato da isonomia, mas nós também achamos que a isonomia precisa acontecer. Então, meus queridos, eu acho que, pela primeira vez, nosso líder, Mauro Pinheiro, nós temos muita sintonia com o que é pedido, mostrando que é justa a causa dos nossos trabalhadores da saúde. Eu não imaginava que estivesse tão atrás a relação trabalhista dos agentes comunitários de saúde e do IMESF, eu não pensei que estivesse tão longe assim. Quantas coisas estão

por fazer e há muito tempo. Então, está chegando a hora de a gente começar a se entender, está começando a chegar a hora de a gente se entender, está começando a chegar a hora de a gente se entender, não é? (Palmas.)

Foi de muito proveito a reunião que nós fizemos hoje pela manhã com o nosso líder Mauro Pinheiro, que mostrou simpatia pela maioria das causas aqui descritas pelos amigos. Nós, o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, estamos à disposição, porque ele trabalha para os trabalhadores e – por que não? – para os trabalhadores da saúde que se dedicam tanto como os senhores. Vida longa ao IMESF, vamos aproveitar este momento, que é um momento bom para nós, da saúde, e tocar para a frente, para cuidar de quem precisa!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Vereadores, vereadoras, Presidente Mônica, aqui tem um cartaz (Mostra cartaz.) do Sindisaúde, que está corretamente se mobilizando, e neste cartaz tem os bairros de Porto Alegre que estão aqui presentes: Tristeza, Centro, Guarujá, Mário Quintana – Mauro Pinheiro, tem bastante gente do Mário Quintana aqui –, Espírito Santo, Morro Santana, Restinga, IAPI, São José, Lomba do Pinheiro, Partenon, Santa Rosa, Santana, Safira, Passo das Pedras, Embratel, Itu-Sabará, Santa Teresa e Cascata. Esses são os bairros que estão presentes e os trabalhadores que estão aqui, Dr. Goulart, que é médico e entende muito de saúde. Eu gostaria de estar com o seu otimismo e acreditar que o governo finalmente escutou os trabalhadores da saúde e que as suas reivindicações fundamentais serão, a partir de agora, atendidas. Eu quero dizer, Ver. Dr. Goulart, que eu acho que é importante, para concretizar isso no dia de hoje... Isso se nós quisermos concretizar no dia de hoje, porque eu sei que, depois da votação do IMESF, nós vamos ter, sim, uma campanha salarial, mas não têm sido fáceis campanhas salariais quando faz quatro anos que esses trabalhadores não têm nem reajuste da inflação, que é constitucional!

Nós compreendemos que qualquer sinalização de negociação sempre é útil para os trabalhadores, os trabalhadores querem sempre negociar e querem resolver os problemas da melhor forma possível. Ninguém que está aqui no plenário gostaria de estar utilizando o horário que poderia estar sendo dedicado para um descanso para cuidar da sua vida ou para cuidar da sua família para acompanhar a Câmara de Vereadores e os discursos dos vereadores. Eles estão aqui porque têm uma reivindicação específica que é pauta das decisões que a Câmara de Vereadores deve tomar – uma delas é exatamente a isonomia. Nós vamos apresentar, além das propostas de emendas que fez o Ver. Oliboni, uma proposta que justamente garante a isonomia desses trabalhadores, técnicos em enfermagem, com os demais técnicos, porque não faz nenhum sentido trabalho igual, escolaridade igual, salários diferentes. Não faz nenhum

sentido! Salário igual para trabalho igual é o óbvio, é o constitucional, é o que deve ser votado.

Portanto, o Ver. Dr. Goulart e a bancada do PTB devem acompanhar essa emenda, porque ela é a garantia de que esses trabalhadores, de fato, serão respeitados pela Câmara de Vereadores, porque amanhã é amanhã. É certo que vai ter uma campanha salarial, e, se os trabalhadores não conquistarem na Câmara de Vereadores, eu tenho confiança de que vão se mobilizar e que talvez conquistem fora da Câmara de Vereadores, mas nós somos vereadores e vereadoras, a nossa obrigação é votar. Então, Ver. Mauro Pinheiro, eu acho que, embora seja muito importante a disposição de negociar – e os trabalhadores valorizam qualquer disposição de negociar –, mais importante do que palavras são os atos. E, do ponto de vista dos vereadores e das vereadoras, o ato mais importante é o voto. Nós vamos apresentar uma emenda que garanta isso.

O Oliboni já se referiu, aqui há uma lei pela qual vai se reduzir a jornada dos médicos, e é uma reivindicação dos médicos, tudo bem, perfeito, se a Prefeitura compreendeu a importância de reduzir a jornada para garantir mais médicos, ainda mais que nós temos hoje, no Plano Nacional, um governo cuja insanidade é completa e colocou milhares de cubanos médicos para fora do País. Então, nós aceitamos isso, mas não é possível que só os médicos sejam atendidos e os demais trabalhadores que garantem na ponta e que são aqueles que respondem para a população quando faltam médicos nos postos não sejam respeitados. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Boa tarde, Presidente Mônica Leal, demais vereadores e vereadoras que nos assistem, público, em especial o presente aqui nas galerias. Eu acredito que a palavra isonomia já diz tudo. Mas, acompanhando aqui os que me antecederam e que se manifestaram com essa preocupação, com relação à desproporcionalidade dos salários dos trabalhadores, eu quero aqui fazer referência aos bairros que foram nominados aqui, especialmente à conversa que tive, previamente, ao início do plenário, com a Ingrid e com a representação do sindicato e que realmente a batalha dos trabalhadores, de um modo geral, servidores, em Porto Alegre, já começa na reposição da inflação.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Quatro anos sem reposição. A reposição da inflação é uma questão que está prevista na Constituição Federal e no contrato de vocês também. Eu quero me somar à luta de vocês, dizer que tenho certeza de que vocês vão poder contar com a valorosa bancada do PDT. Nós estamos

acompanhando essa questão da saúde, estivemos aí com várias preocupações que foram abordadas tanto na questão da Lomba do Pinheiro como da Bom Jesus. Tudo isso faz parte de um processo de se estabelecer uma política pública contrária àquilo que nós entendemos. Da mesma forma, a valorização daqueles que estão na mesma carreira, que desempenham as mesmas funções, que têm as mesmas atribuições e responsabilidades, é dever do Estado zelar para que todos recebam o mesmo salário. A isonomia se trata disso, tratar as pessoas que têm funções iguais de maneira igual também no que diz respeito à sua remuneração, no que diz respeito aos seus proventos. A equidade, isonomia é o que trata da equidade.

Eu acho que essa preocupação deve vir agora aqui, deve estar presente na pauta da prioridade desta Casa. Quero cumprimentar vocês pela mobilização, virem aqui debater, participar, argumentar, atacar os vereadores na entrada do plenário para trazer também o ponto de vista e os argumentos de vocês, acho que é muito importante, muito salutar. A gente também vem acompanhando, vejo alguns representantes do bairro Petrópolis numa outra pauta, seguido vão lá no gabinete, tomam cafezinho, pedem um auxílio para fazer uma emenda, ver de que forma contribuir com o texto, um aperfeiçoamento de algum artigo, estamos tratando aqui do PLCL nº 014.

Então, vamos estar atentos, não poderia me furtar, numa tarde de trabalho, de início de semana, de apoiar tantos valorosos colaboradoras da saúde que trabalham diuturnamente em prol da nossa população. Saúde é uma questão de vida, e a gente sabe que a maioria das pessoas, 90% das pessoas hoje não têm um plano de saúde e querem um bom atendimento. Para que a gente possa prestar um bom serviço, no mínimo, a gente tem que ter os nossos trabalhadores trabalhando com igualdade de condições. Nós estaremos batalhando por isso. Mais uma vez, parabéns pela mobilização de vocês, contem comigo, contem conosco, contem com a valorosa bancada do PDT. A favor da isonomia! Obrigado, boa tarde.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, público que nos assiste pela TVCâmara, servidores da saúde que se encontram presentes nas galerias, vereadores e vereadoras. Nós, em seguida, ao longo desta sessão, entraremos na Ordem do Dia e começaremos a votar dois projetos que são sensíveis a todas as bancadas desta Casa Legislativa. O primeiro deles é com relação à Operação Inverno, que todo ano demanda esforços por parte do Executivo para aumentar os recursos humanos para tentar controlar problemas de saúde que se tornam muito frequentes nesta época do ano. Vivemos num estado cujo clima subtropical castiga, muitas vezes, a população, aumentando nesta época principalmente os registros de problemas respiratórios.

Na sequência, votaremos o projeto que se refere às questões do IMESF, um projeto técnico, relativamente complexo e que a maioria das bancadas tem acordo para boa parte dessa proposição. Porém estamos num dilema com relação a alguns pontos específicos. Um deles, acredito, já foi vencido, é a questão do tempo de contrato para os profissionais médicos, para possibilitar que algumas pessoas sejam contratadas por 20 horas. O Dej dah, que é o assessor no plenário, conversou conosco na semana passada; para nós, isso não é problema. Eu, particularmente, sou contratado pela Prefeitura num regime de 20 horas. Não quis, optei por não pedir regime de trabalho, mantendo-me apenas com 20 horas e trabalhando em outros locais, em outros postos de trabalho no restante do meu dia. Portanto, isso, creio eu, já está resolvido.

Agora, nós, bancada do PSOL, não abrimos mão da questão isonômica dos servidores. (Palmas.) Se existem diferentes categorias de técnicos, e todos tiveram uma capacitação, uma qualificação, tiveram que se preparar após o ensino médio fazendo disciplinas extras, cursos profissionalizantes para atuarem dentro das suas áreas, é muito justo que sejam igualmente valorizados, e é isso que nós estamos aqui defendendo, que se garanta a isonomia para todas as carreiras de técnicos que o projeto não contempla, por isso a necessidade, como destacou o Ver. Roberto Robaina, líder das bancadas de oposição, que nós vamos defender através dessa emenda. Queremos isonomia, porque o projeto prevê o pagamento diferenciado dos servidores, técnicos em enfermagem, técnicos em contabilidade, técnicos em saúde bucal, técnico em segurança do trabalho. Por que alguns são mais valorizados do que outros? Nós achamos isso injusto, e lutando por igualdade entre as diferentes categorias, já que são todas da área técnica, nós defendemos, então, a equidade salarial e os mesmos vencimentos para todos os técnicos, para ser incorporado junto ao projeto de lei. É uma questão de justiça, é uma questão de igualdade.

Dessa forma, se eu não defendesse isso, talvez anuísse com a possibilidade de que, nas escolas, o professor de matemática fosse mais valorizado do que o professor de história. São disciplinas necessárias, são trabalhos necessários, e sem um deles ficamos com o equilíbrio da nossa sociedade capenga. A área da saúde, principalmente nos momentos atuais, onde temos um surto epidemiológico de dengue na Zona Norte da nossa cidade, faz-se muito necessária. Profissionais como esses, os agentes de endemias, os técnicos de enfermagem, são aqueles que estão na ponta do serviço de saúde, atendendo à população nos locais onde há mosquito, onde existem pessoas doentes, e, portanto, seu trabalho precisa ser valorizado. Deixo aqui meu forte abraço para essas categorias e esperamos ter, no desfecho desta sessão, a busca pela isonomia e a igualdade salarial entre todas as carreiras técnicas da nossa cidade. Um abraço. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Paulo Brum assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Esta presidência faz um Requerimento solicitando a transferência do período de Grande Expediente para a próxima sessão. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, população que está nos assistindo na Casa e os trabalhadores do IMESF que se mobilizaram para estar aqui hoje, venho aqui saudar a mobilização e reconhecer o trabalho de vocês. Hoje é um dia de memória, um dia de reflexão dos 131 anos da Abolição da Escravatura, e a gente segue ainda tendo que lutar para ter o nosso trabalho valorizado para uma elite escravocrata que ainda hoje não consegue dar valor a esse trabalho tão necessário e tão importante que é a garantida da saúde para o nosso povo, sobretudo dentro das comunidades. Então, quero reconhecer o trabalho de vocês, que entram nas casas das pessoas, vão nas casas das pessoas, muitas vezes com todas as dificuldades do Sistema Único de Saúde. Vocês conseguem, a partir do seu próprio esforço, do seu próprio trabalho, garantir, minimamente, os princípios do SUS e colocar também a nossa bancada, assim como já falaram os vereadores Roberto Robaina e Prof. Alex Fraga, a favor com a proposta elaborada com muito trabalho, muito sacrifício, junto com os sindicatos de vocês, que fez todo esse esforço para trazer para cá uma iniciativa popular dos trabalhadores.

E, sim, vamos somar juntos nessa votação e fazendo o que for possível para levar adiante essa bandeira, essa pauta tão necessária, visto que, como já foi colocado, vocês estão sem reposição inflacionária, sendo uma dificuldade e uma realidade que está sendo imposta aos trabalhadores do Município de Porto Alegre. Uma realidade que está sendo imposta aos trabalhadores do Estado do Rio Grande do Sul. E a gente não pode, neste dia de 131 anos da abolição, seguir retrocedendo os nossos direitos trabalhistas e os nossos direitos sociais, que é a agenda neoliberal que está em pauta hoje, tanto no âmbito federal, por parte do governo Bolsonaro, como por parte do governo Eduardo Leite e que infelizmente vem sendo implementado pelo governo Marchezan aqui na nossa Cidade, que só se afunda – afunda-se em buracos, em negação de direitos, em violência e em desemprego. Então, quero saudar e dizer que estamos juntos nessa mobilização para batalhar por essas emendas, que esse projeto seja aprovado tal qual vocês estão necessitando e reivindicando. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo governo.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Sr. Presidente, Ver. Paulo Brum; demais vereadores e vereadoras, público que nos assiste pela TVCâmara e público das galerias, trabalhadores do IMESF, sejam bem-vindos à Casa. Em primeiro

lugar, quero dizer que a fala que farei aqui será direcionada aos trabalhadores do IMESF. Quero, em primeiro lugar, parabenizar o trabalho de vocês, que é exemplar. Um ou duas ou três semanas atrás, numa sexta-feira, pela manhã, ainda visitei o posto de saúde da Safira velha, junto com o secretário Pablo e demais trabalhadores da Secretaria de Saúde, em que vimos que as condições do posto não são as melhores, mas o atendimento daquele posto, talvez, se não tiver errado, vocês podem me ajudar, é 100% IMESF. Foi o melhor posto que eu já visitei no atendimento à população. (Palmas.) Isso demonstra o comprometimento dos trabalhadores do IMESF. O trabalho de vocês é exemplar, que se destaca, com certeza, na cidade de Porto Alegre. Então, todos vocês têm o nosso respeito, a nossa admiração pelo trabalho. E todo o nosso intuito aqui é de sempre melhorar as condições dos trabalhadores que nem vocês, do IMESF. Eu fico um pouco abismado – e acho que vocês devem tomar um pouco de cuidado – com sindicatos que, hoje, estão incendiando vocês contra o governo, porque eles são os mesmos que entraram na justiça para que o IMESF não fosse criado. Os mesmos vereadores que aqui – inclusive eu fazia parte do PT, em 2011, quando foi aprovado o IMESF, os vereadores do PT e do PSOL...

(Manifestação nas galerias.)

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Gostaria que fosse assegurada a minha palavra.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Por favor, vamos respeitar o vereador que está na tribuna.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Os mesmos vereadores do PT, do PSOL, junto a esses sindicatos, eram contrários ao IMESF. Até fico feliz, porque mudaram de opinião e estão ajudando o IMESF, porque, todos os dias, eu escuto esses mesmos vereadores dizendo que a saúde deveria ser toda estatutária e que vocês, como CLT, não deveriam existir. Escuto isso todos os dias quando vocês não estão aqui. Hoje vocês estão aqui, o discurso é para vocês, os sindicatos que são contrários a vocês estão lá defendendo vocês. E é bom que defendam, porque são trabalhadores da saúde e merecem ser atendidos. Eu o escutei, vereador, o senhor faça o favor de sentar, não ficar nervoso e escutar.

(Manifestação nas galerias.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Vereador, o seu tempo está assegurado.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Então, vocês tomem cuidado, porque, na verdade, é só discurso da parte desses vereadores e desses

sindicalistas. Ver. Tessaro, acho que eles têm que tomar cuidado. Mas esse projeto de lei...

(Manifestação nas galerias.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Vereador, seu tempo está assegurado. Eu peço que as galerias se mantenham, por favor, e respeitem o vereador que está na tribuna. Após a manifestação do vereador, vocês podem fazer as suas manifestações. Portanto, devolvo a palavra ao Ver. Mauro Pinheiro.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Esse projeto de lei ataca alguns problemas que nós temos no IMESF. E quero fazer um pedido a todos os 36 vereadores que estão aqui: tenham cuidado na hora de fazer a política partidária e a política divergente do governo, e é legítima a oposição fazer a oposição, mas peço, Ver. Robaina, como V. Exa. é líder da oposição, que, na hora de votar, faça oposição, que faz parte, mas tenha cuidado, porque este projeto que estamos votando aqui, que vamos votar, o do IMESF, é fundamental para manter os empregos dos trabalhadores do IMESF.

(Manifestação nas galerias.)

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Vou explicar para vocês. O IMESF é uma fundação regida pela CLT, e nós temos vários departamentos, um deles é a parte dos curadores, que votaram e, junto com a administração, criaram alguns mecanismos, entre eles, as FGs e foram aumentados 500 cargos em relação à lei original. O que estamos dizendo aqui, e que é a realidade? Que essa lei veio para cá com esses 10%, que vocês recebem a mais no salário de vocês por desempenho...

(Manifestação nas galerias.)

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Se vocês me deixarem explicar... Vocês recebem 10% em cima do salário por desempenho. Como sempre foram pagos esses 10%...

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Vereador, seu tempo está esgotado. O Ver. Mauro Pinheiro prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, em Comunicação de Líder.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Vocês recebem 10% do desempenho em cima do salário, Ver. Robaina. Como em relação a esse valor não há uma lei, assim como para as FGs, e mais 500 trabalhadores que foram contratados sem lei. E o Tribunal de Contas está autuando a Prefeitura Municipal de Porto Alegre para rever isso, por isso está vindo esta lei para cá, para que sejam legalizados esses 10%,

que passem a integrar o salário dos trabalhadores a partir de agora. Todos já recebem esses 10% e continuarão recebendo, mas regularizados por essa lei. Essas FGs que os coordenadores recebem também estão na lei para serem regularizadas, para que não sejam impedidos de receber. Além disso, tem que se regularizar a contratação dos mais de 500 que foram contratados, e teve a aprovação do Conselho Curador para colocar na lei.

Também estamos falando da flexibilização da carga horária para médicos, por quê? Porque hoje, na lei do IMESF, são 40 horas, só podem ser contratados por 40 horas. Nós estamos mudando para que sejam também contratados por 20 horas, por quê? Porque hoje nós temos uma vacância de 30 médicos, pois não conseguimos contratar porque muitos médicos não querem trabalhar 40 horas num posto de saúde, então, por isso está se flexibilizando a lei para que se possa contratar médicos tanto 20, quanto 40 horas. Também está possibilitando a contratação de médicos estrangeiros devidamente regularizados e habilitados por meio de concurso, assim como vocês que já o fizeram. Hoje a lei não possibilita que sejam contratados médicos estrangeiros; também está se flexibilizando essa lei. Também possibilita que agentes de endemias residam fora de sua área de atuação. Hoje somente podem ser contratadas pessoas da sua área. Quer se flexibilizar para que sejam inclusive contratados... Se ele fosse contratado e se mudasse do Município de Porto Alegre, ele não poderia permanecer. Nós queremos ajustar por meio da lei. Também quero dizer a vocês que conversamos com o secretário de saúde, recebemos aqui as reivindicações de vocês, que são justas, e que o secretário Pablo, e também o responsável pelo IMESF, se responsabiliza, após a aprovação dessa lei. Nós temos urgência em aprovar essa lei devido ao fato de o IMESF estar sendo julgado no STF... O IMESF está sendo julgado pelo STF e, se for condenado, poderá inclusive ser extinto. Portanto, essa lei vem para ajustar para que a Prefeitura tenha mais força junto ao departamento jurídico, junto ao STF. E também quero dizer que o secretário se compromete a sentar com os trabalhadores do IMESF para debater e discutir o dissídio. É isso o que vai... Nós não podemos...

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Estou segurando o seu tempo, vereador. Peço, por favor, que haja silêncio, vamos respeitar o vereador. Pode ser? Vocês estão retardando os trabalhos, só isso. Quanto mais vocês falarem, mais a sessão vai se estender. Vamos respeitar, por favor!

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Eu acho que vocês, trabalhadores do IMESF, deveriam ter cuidado com quem andam, porque esses que ora dizem que estão ajudando vocês querem mais é que essa lei não seja aprovada e que amanhã, logo ali, vocês deixem de existir, para que seja concurso público para contratar mais servidores estatais, para se filiarem aos sindicatos do PT e do PSOL e alimentarem

os seus partidos. Portanto, vocês tomem cuidado, porque esses que hoje estão aí dizendo que defendem vocês, votaram contra a formação do IMESF, entraram na Justiça contra o IMESF e hoje dizem que defendem vocês. Acho que vocês deveriam tomar cuidado porque vocês estão correndo o risco de, amanhã, deixarem de existir. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB) – às 15h53min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Conforme acordado com os Srs. Líderes, vamos iniciar a priorização do dia de hoje pela votação dos requerimentos.

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 011/19 – (Proc. nº 0071/19 – Ver. Idenir Cecchim) – requer seja o período de Comunicações do dia 03 de junho destinado a assinalar o transcurso dos 73 anos da Instauração da República Italiana.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Em votação o Requerimento nº 011/19. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 020/19 – (Proc. nº 0103/19 – Ver^a Mônica Leal) – requer a realização de Sessão Solene no dia 14 de maio, às 17 horas, destinada a assinalar o transcurso dos 71 anos da Declaração de Independência do Estado de Israel.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Em votação o Requerimento nº 020/19. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 040/19 – (Proc. nº 0180/19 – Mesa Diretora) – requer seja o período de Comunicações do dia 16 de maio destinado a assinalar o transcurso do Dia do Expedicionário e do Ex-Combatente da FEB.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Em votação o Requerimento nº 040/19. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 034/19 – (Proc. nº 0128/19 – Mesa Diretora) – requer seja o período de Comunicações do dia 23 de maio destinado a assinalar o transcurso do 52º Aniversário do Grupamento de Operações Especiais da Polícia Civil (GOE).

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Em votação o Requerimento nº 034/19. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 047/19 – (Proc. nº 0199/19 – Mesa Diretora) – requer seja o período de Comunicações do dia 20 de maio destinado a assinalar o transcurso dos 15 anos da Revista Voto.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Em votação o Requerimento nº 047/19. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 042/19 – (Proc. nº 0183/19 – Ver. André Carús) – requer a constituição da Frente Parlamentar pelo Fortalecimento da Guarda Municipal.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Em votação o Requerimento nº 042/19. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 030/19 – (Proc. nº 0124/19 – Mesa Diretora) – requer seja o período de Comunicações do dia 24 de outubro destinado a assinalar o transcurso do Dia do Aviador.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Em votação o Requerimento nº 030/19. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 031/19 – (Proc. nº 0125/19 – Mesa Diretora) – requer seja o período de Comunicações do dia 28 de novembro destinado a assinalar o transcurso do Dia do Marinheiro.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Em votação o Requerimento nº 031/19. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 032/19 – (Proc. nº 0126/19 – Mesa Diretora) – requer seja o período de Comunicações do dia 13 de junho destinado a assinalar o transcurso da Data Magna da Marinha do Brasil.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Em votação o Requerimento nº 032/19. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 046/19 – (Proc. nº 0198/19 – Mesa Diretora) – requer seja o período de Comunicações do dia 06 de junho destinado a assinalar o transcurso dos 105 anos da Escola Estadual de Ensino Fundamental Souza Lobo.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Em votação o Requerimento nº 046/19. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 043/19 – (Proc. nº 0188/19 – Ver^a Mônica Leal) – requer seja o período de Comunicações do dia 21 de novembro destinado a assinalar o transcurso do Dia da Brigada Militar.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): votação o Requerimento nº 043/19. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Aprego a Emenda nº 07, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, ao PLE nº 004/19.

Aprego a Emenda nº 08, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, ao PLE nº 004/19.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, solicitando dispensa do envio das Emenda nºs 07 e 08 ao PLE nº 004/19 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Aprego as Emendas nºs 09 e 10, de autoria do Ver. Roberto Robaina, ao PLE nº 004/19.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Roberto Robaina, solicitando dispensa do envio das Emendas nºs 09 e 10 ao PLE nº 004/19 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Aprego e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, solicitando que sejam votadas em destaque as Emenda nºs 01 a 05 e 07 a 10 ao PLE nº 004/19.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 06 ao PLE nº 004/19. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0167/19 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 003/19, que autoriza a contratação por prazo determinado, para atender necessidade temporária de

excepcional interesse público, de recursos humanos para a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) durante a Operação Inverno.

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB, CEDECONDH e COSMAM**. Relator-Geral Ver. Paulo Brum: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, III, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 29-04-19.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Em discussão o PLE nº 003/19. (Pausa.) O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Sr. Presidente, Ver. Paulo Brum; vereadores e vereadoras; esses projetos sobre a saúde que nós estamos discutindo hoje foram reivindicados pelo líder do governo como projetos a serem votados em regime de urgência. E o Mauro Pinheiro, quando nos encaminhou esse pedido, essa informação, nos encaminhou perguntando se havia problema, do nosso ponto de vista, em relação a esses projetos. O projeto que está agora em pauta, que atende uma necessidade temporária excepcional, tem o nosso acordo. Nós colocamos isso para o Mauro Pinheiro desde o primeiro momento. Ele levantou à Mesa de líderes a necessidade de o governo encaminhar com urgência esse projeto. Nós aceitamos a urgência e vamos votar a favor. Portanto, nós não temos objeção nenhuma a que esse projeto seja aplicado e aplicado rapidamente, ele é uma necessidade. Na mesma reunião que o Mauro Pinheiro levantou isso, nós ponderamos, o Prof. Alex, inclusive, colocou de modo explícito na reunião de líderes, pelo PSOL, que o projeto envolvendo o IMESF requeria da nossa parte uma maior atenção. Efetivamente, foi o que nós fizemos. A atenção que nós demos ao projeto significava, em primeiro lugar, procurar as pessoas que trabalham na área, que são especialistas na área, que defendem esse trabalho de um modo específico. Portanto, nada melhor do que procurar as pessoas que estão aqui tão interessadas que, num dia em que poderiam estar descansando, cuidando das suas vidas, cuidando das suas famílias, elas estão aqui cuidando da saúde pública de Porto Alegre e esperando que os vereadores e vereadoras também cuidem, como corresponde a eles.

Então, acho que desrespeitar as pessoas que vêm aqui é um péssimo sinal, e, evidentemente, as pessoas que estão aqui sabem muito bem com quem andam; o Mauro Pinheiro deveria saber também. Eu queria deixar claro que a nossa concepção de saúde, de fato, é a defesa de saúde pública, de uma saúde estatal controlada pelos trabalhadores, não uma saúde estatal controlada por políticos e partidos corruptos e picaretas, mas controlada pelos trabalhadores, sim. Nós vimos o que aconteceu com terceirizações e com privatização em Canoas, onde a fraude já é comprovadamente de

R\$ 40 milhões. Nós temos visto o que tem acontecido com a terceirização na higienização do GHC, onde houve surtos e epidemias provocadas por uma terceirização absurda, que levou até a intervenção e obrigou, sim, a ter contratação de efetivos no GHC, o que foi uma vitória dos trabalhadores do hospital. Nós vemos o resultado da terceirização na portaria do HPS, Ver. Tessaro, que tem 22 porteiros que não receberam fevereiro, março e abril. Há três meses, Ver. Pujol, que não recebem salários! São os trabalhadores da portaria do HPS. Isso não pode acontecer, a Prefeitura tem que atuar, a Prefeitura é quem contrata! Quando os trabalhadores do IMESF reclamam, por exemplo, dos quatro anos sem reajuste, é porque está no contrato o reajuste, e a Prefeitura não atua para que o contrato seja obedecido.

Nós vamos, sim, encaminhar a aprovação. Nós queremos discutir, nós temos uma concepção de saúde, o Mauro Pinheiro não concorda, ele defende uma saúde privatizada, terceirizada, acha que o HPS pode ter terceirização privada! Olho, Mauro Pinheiro, porque em Canoas deu no que deu! Em Canoas deu no que deu! Nós não temos a concepção de terceirização na saúde.

Agora, eu defendo os trabalhadores do Uber, por exemplo, e espero que tu defendas também, junto comigo, aprovando o meu projeto para que haja segurança no trabalho do Uber. Projeto que, por sinal, começou sendo teu, se eu não me engano, espero que tu não mudes o teu voto e votes de acordo com a tua própria ideia inicial antes de ser líder do governo Marchezan. O que eu quero te dizer é que defender os trabalhadores de uma determinada instituição não significa defender a concepção que forjou ou que constituiu determinada concepção. Então nós, sim, somos a favor do projeto, não somos obstáculo para que a saúde funcione em Porto Alegre; ao contrário, estamos exigindo que a saúde funcione, e funcionar a saúde significa também respeitar os trabalhadores que garantem que a saúde exista. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir o PLE nº 003/19.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o Sr. Presidente, os colegas vereadores e vereadoras, os nossos queridos profissionais da saúde, que são bem-vindos a esta Casa. Eu trabalho na área da saúde desde 1980 – são quase 40 anos na área da saúde. Quando o nosso governo ganhou as eleições em Porto Alegre, a Frente Popular, foi instituída, Ver. Cassiá, a Operação Inverno. Naquela ocasião, se percebeu que, no período de maio a setembro, quando era grande o número de cidadãos, eu diria, fragilizados em função dos fortes frios, com problemas de bronquite, pneumonia, seria necessário ampliar o atendimento médico nas unidades que hoje existem, talvez em horários ou até em programas. Passou a ser criada, então, a Operação Inverno. Os governos que sucederam os nossos acharam muito bom esse projeto e, todos os anos, reproduzem a mesma ideia, mas com outro foco. Naquela ocasião, a Frente Popular que governava Porto Alegre, durante esse período, contratava em torno

de 300 trabalhadores, entre eles médicos; enfermeiros; técnicos em enfermagem – na época, auxiliares de enfermagem; hoje, agentes comunitários de saúde e agentes de endemias. O governo, para vocês terem uma ideia – e nós, da Bancada do PT vamos votar favoráveis porque a ideia é boa –, só reduziu sensivelmente o número de trabalhadores nesse período. Para os senhores terem uma ideia, no ano passado, num programa autorizado pela Câmara, foram 88 técnicos de enfermagem, 29 enfermeiros. Neste ano, 48 técnicos de enfermagem, e 21 enfermeiros, e também, é claro, tem os demais trabalhadores, como, por exemplo, auxiliar de farmácia, 17; farmacêuticos, 5, e assim por diante. O nosso receio, e aí nós fazemos um apelo, é para que não percamos a possibilidade real de poder atender a todos os cidadãos de Porto Alegre, ampliando, de fato, os serviços, porque esses trabalhadores que vão ser contratados em períodos temporários são trabalhadores já concursados, e que, depois, voltarão novamente a aguardar no banco de reserva a possibilidade de serem chamados, porque o regime daí é estatutário, mas agora é de contratado. Então, nós fazemos um apelo ao governo para que, de fato, aconteça um atendimento qualificado e ampliado, porque a incidência de pessoas pegarem bronquite, asma, ou pneumonia, é muita no Sul do País, em função dos fortes frios. Portanto, este apelo que nós fazemos é para que se perceba a importância deste programa, porque é um programa essencial para a cidade de Porto Alegre. Embora, claro, como falei antes, vamos votar favoravelmente, não justifica a redução de profissionais, mas, sim, a motivação e a ampliação dos serviços, até porque tem uma contradição: o governo defende o terceiro turno, mas não diz como vai repor esse trabalhador no terceiro turno. Temos profundas divergências ao projeto do IMESF e, por isso, queremos aprovar todas as emendas. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o PLE nº 003/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 33 votos **SIM**.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Em discussão o PLCL nº 014/17. (Pausa.)

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à discussão e votação do PLE nº 004/19. Após retornaremos à ordem normal.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Mauro Pinheiro. (Pausa.) O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Boa tarde a todos e todas.

Acho que a primeira frase que eu posso falar é que não é bom para a cidade quando a vingança toma conta das decisões. Pelos trabalhadores e trabalhadoras do IMESF estarem aqui hoje – até o momento, houve acirradas discussões, Ver. Mauro –, não me parece motivo de nós deixarmos de aprovar. Pelo que eu entendi, até semana passada, o governo tinha posição de liberar a base para votar a favor do projeto que está na sequência. E o projeto que está na sequência, que cria o Fundo Municipal dos Direitos da Mulher, quero lembrar aqui, foi uma decisão do colégio de líderes da quarta-feira passada – essa foi a combinação. Começaríamos pela Operação Inverno, acabamos de dar quórum e votar; e o segundo projeto seria esse que cria o Fundo Municipal dos Direitos da Mulher. Nós até admitimos que pode ter uma emenda, inclusive, circula uma emenda que coloca na mão do Executivo a gestão desse fundo, não vemos problema nenhum, foi uma solução, um tema apontado pelo Ver. Mendes Ribeiro. Parecia ser um projeto muito tranquilo, Ver.^a Fernanda, mas como se acirrou aqui a discussão, o Ver. Mauro Pinheiro quer inverter a ordem – é legítimo, está fazendo um requerimento formal –, para votar o do IMESF antes. Não sei o que mudou, a não ser essa disputa acirrada do plenário que tivemos até o momento, mas me parece que as mulheres não merecem esse tratamento vingativo, Ver. Mauro. Por isso eu sugiro: retire esse requerimento para que essa emenda seja apresentada. Não foi uma emenda sugerida por mim, é uma emenda que muda o projeto, porque, realmente, termos um Fundo Municipal dos Direitos da Mulher – temos inúmeros fundos –, que possa receber destinação de recursos específicos, doações específicas, verbas, eventualmente, de condenações de alguém que tenha violado os direitos das mulheres, é para ontem. É para ontem. Não precisamos fazer esta colocação: se votarmos esse projeto, não votaremos o projeto do IMESF; votaremos, Ver.^a Mônica, a senhora estava presidindo a reunião de líderes na quarta-feira passada e foi esse o combinado. Agora, se for o caso, se todo governo se pautar por essa mudança repentina nesta tarde, nós vamos solicitar a retirada do projeto, porque acho que as mulheres não merecem deixar de ter um fundo para tratar das políticas dos direitos da mulher.

Então, meu convite é que rejeitemos, ou o líder do governo retira esse requerimento, voltemos à ordem, como combinado, iniciemos a discussão – eu acredito que não é um projeto que tenha grades discussões, eu não acredito que haja divergências em se criar um Fundo Municipal dos Direitos da Mulher – e que alguém apresente essa emenda. Eu até sugiro que uma mulher apresente, eu posso apresentar também, mas o projeto já é de nossa autoria. Então, gostaríamos de construir coletivamente, com o governo inclusive e, pelo menos nesta tarde, que saíamos comemorando juntos a criação de um Fundo Municipal dos Direitos da Mulher. Acho que se esse fundo justificar uma agressão a menos, um feminicídio a menos, uma promoção das iguais oportunidades entre homens e mulheres, já justificou, Ver.^a Mônica. Então, é o convite: derrotar o requerimento – a não ser que o líder do governo retire –, apresentar a emenda – convido qualquer vereador, ou vários podem apresentar em conjunto, o próprio governo pode apresentar essa emenda –, aprovar, e, logo em seguida, tratar do projeto do IMESF. Eu não posso coordenar se teremos quórum ou

não, mas essa é a ordem correta, uma ordem que a cidade merece. Fica o convite. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PSB): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de sua autoria.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Ver. Paulo Brum, demais vereadores e vereadoras, Ver. Marcelo Sgarbossa, o senhor tem razão: fizemos um acordo na reunião de Mesa e Lideranças, vários vereadores estavam presentes, e o senhor desfez o acordo durante a sessão. O acordo foi que nós votaríamos, naquela quarta-feira, primeiro, o projeto sobre a Operação Inverno, que acabamos de votar; o segundo, votaríamos o seu projeto; e o terceiro, votaríamos o projeto do IMESF. Esse foi o acordo que fizemos na reunião de Mesa e Lideranças e o senhor estava presente. Durante a sessão, entramos na Ordem do Dia, e o senhor, o seu partido e o PSOL não deram presença, derrubaram o quórum e desfez o acordo que tinha sido feito na parte da manhã. Vocês não deram quórum para votar e vocês sabiam que era prioridade não do governo, mas da população votarmos o projeto da Operação Inverno e do IMESF. E o senhor pediu para votar o seu projeto, abrimos mão de seu projeto entrar em segundo lugar. Assim como o senhor está dizendo que todo mundo acorda, vai votar, depois votamos o IMESF.

O Ver. Roberto Robaina subiu aqui e disse que o IMESF tem acordo. Votamos rapidinho o projeto do IMESF, é a mesma coisa, vereador. Só quem rompeu o acordo foi V. Exa. Então, nós não vamos retirar o requerimento, vamos votar, porque os dois projetos são prioridades para a cidade de Porto Alegre: Operação Inverno, que já foi votado; e o projeto do IMESF, para garantir não só os direitos que os trabalhadores têm, como garantir a população que tenha trabalhadores nos postos de saúde. Portanto, nós vamos fazer aquilo que é bom para a cidade, mesmo que tenha um ou outro aqui gritando, xingando, nós não votamos aqui por grito, nem por manifestação, votamos pelo interesse da cidade, e o interesse da cidade é a aprovação desses dois projetos – e é isso que faremos.

Então não vamos retirar o requerimento e os vereadores podem decidir se querem votar um ou outro primeiro. Mas quem rompeu o acordo foi V. Exa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o Requerimento de autoria do Ver. Mauro Pinheiro. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 22 votos **SIM** e 07 votos **NÃO**.

Aprego Emenda nº 11, de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, ao PLE nº 004/19.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 11 ao PLE nº 004/19 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0168/19 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 004/19, que altera o inc. VIII do *caput* e o inc. II do § 2º do art. 9º; os incs. IV, V, VI e VII do *caput* do art. 13; os incs. II, III e IV do *caput* do art. 15; o § 2º do art. 17; o § 2º do art. 21; o *caput* do art. 24; o *caput* do art. 25; o *caput* e os §§ 1º, 2º, 4º, 6º e 7º do art. 26; o *caput* do art. 29 e os Anexos I, II, III, IV e V; e inclui o art. 16-A; os §§ 8º, 9º, 10 e 11 no art. 21 e o § 12 no art. 24, todos da Lei nº 11.062, de 6 de abril de 2011, que autoriza o Executivo Municipal a instituir o Instituto Municipal de Estratégia de Saúde da Família (IMESF).

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB, CEDECONDH e COSMAM**. Relator-Geral Ver. Paulo Brum: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e das Emendas nºs 01 a 06 e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 01 a 06.

Observações:

- com Emendas nºs 01 a 06;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, III, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 29-04-19.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Em discussão o PLE nº 004/19. (Pausa.) O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Sr. Presidente, Ver. Paulo Brum; colegas vereadores e vereadoras, profissionais da área da saúde, cidadãos e cidadãs que acompanham a nossa sessão nesta tarde; o governo municipal instituiu o IMESF lá em 2011. Naquela ocasião, o secretário municipal de saúde era o Casartelli e o secretário adjunto era o Bosio, todo mundo lembra. Foi instituído o IMESF, porque, logo, no ano anterior, houve o maior escândalo da saúde em Porto Alegre, teve uma organização social que lesou os cofres públicos e praticamente destruiu a ideia do Programa de Saúde da Família. O governo achou por bem e, naquela ocasião, eu também era vereador – e aí concordo contigo, Mauro, tu eras vereador do PT e também votou contra, então, não dá para dizer que o PT vota contra. Então, cada gestão

modifica e os vereadores têm a liberdade de estar onde estão, com todo o direito, é um direito legítimo do vereador. Naquela ocasião, o projeto em si tinha uma grande discussão, tanto é que, naquele momento, uma discussão enorme foi feita por ser regime celetista e nós, da bancada do PT, queríamos o regime estatutário. Estatutário como o servidor público, os mesmos direitos como todos os cidadãos e não como agora, alguns enfermeiros ganhando R\$ 500,00 a menos, ou técnicos de enfermagem R\$ 400,00 a menos ou a mais. No Programa de Saúde da Família, todos ganham a menos, mas mais do que isso, nesse projeto, nós vamos discutir as emendas que tratam do caso específico da paridade, da insalubridade, da representatividade e várias questões que, depois, emenda a emenda, sobre as quais nós vamos aqui nos debruçar.

Então, lá em 2011, tendo constituído o IMESF, nós apresentamos 17 emendas, 15 delas foram aprovadas, elogiadas pelo secretário municipal de saúde. Eu esperava que, nesse projeto, para ampliar, qualificar, melhorar, valorizar os servidores, as seis emendas que ora tinha apresentado, o governo pudesse fazer a mesma coisa, porque são emendas para construir, melhorar, qualificar, valorizar os trabalhadores. Mas não, o governo, sobre essas emendas, ainda não se pronuncia, o que se percebe aqui é que ele é contra a questão da paridade e da insalubridade. Mas onde está o secretário da saúde? Ele não veio. Ele podia aqui se comprometer com as representações, Sindicato Médico, Sindicato dos Enfermeiros, Sindicato dos Odontólogos, Sindisaúde, agente comunitário, agente de endemias, para, então, discutir esse tema. Não está aqui. E, por não estar aqui, nós chamamos à responsabilidade os vereadores, porque, se nós colocarmos em lei isso que está sendo apresentado hoje, não haverá necessidade todo ano... Muitas vezes os trabalhadores têm que parar, fazer greve para serem reconhecidos! Quando está na lei, é lei; independente de governo, tem que cumprir. Vamos avançar, é isso que nós queremos. E construir o diálogo para aqueles que entendem um pouco de saúde. Agora, aqueles que não entendem, ao menos tentam procurar entender como funciona a rede básica de saúde. E a ampliação do IMESF foi aprovada aqui com mais de 20% sobre as metas, e até então não foi apresentado nada de ampliação do IMESF em Porto Alegre. Continua faltando médico, trabalhadores, são equipes que não estão completas, porque uma equipe do Programa da Saúde da Família é formada, para quem não sabe, por um médico, um enfermeiro, dois técnicos de enfermagem, quatro agentes comunitários e agente de combate à endemia, mas, na grande maioria, não tem equipe completa! Esse é o apelo. Muitas vezes tem três equipes e um médico! Agora, o governo que está aí, vejam só, ampliou o atendimento para contratação de médicos do Rio Grande do Sul, sabe quantos? Deu hoje nos jornais: 60 médicos para o interior. E Porto Alegre como ele vai suprir a falta de profissionais médicos, a falta de profissionais enfermeiros, técnicos de enfermagem, agente comunitário e agente de endemias? O governo não dialoga para poder qualificar o serviço, e nós queremos, nobre Presidente, é discutir esta tarde, aprovando todas as emendas. Vamos discutir uma a uma e os senhores vão entender o quanto é importante a valorização dos servidores da saúde. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLE nº 004/19.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores. Eu me inscrevi para discutir o presente projeto não pela sua essência, mas pelo transcorrer da sessão plenária de hoje. Nós não estamos em um estádio de futebol disputando as torcidas como se fosse um Gre-Nal em uma decisão, nós estamos aqui discutindo a saúde da nossa cidade e o respeito e valorização dos profissionais que atuam nessa área. É isso. Nós não estamos aqui, de forma fervorosa, calorosa, defendendo as cores de uma bandeira de clube de futebol como o porto-alegrense tem feito já há muito tempo, desde a constituição dos maiores clubes desta cidade – Porto Alegre, a capital dos gaúchos –, Inter de um lado, Grêmio de outro. Nós temos aqui servidores da saúde em boa parte, em generosa quantidade, pertencentes ao quadro dos técnicos, que têm uma justa reivindicação a fazer, e nós temos, por outro lado, alguns representantes do governo, vereadores da base do governista que estão desconfortáveis com as reivindicações de parte da categoria. Então, eu gostaria que nós, neste momento, nos desarmássemos um pouco e discutíssemos de uma forma um pouco mais tranquila, um pouco mais cordial. Nós, quando fomos eleitos vereadores, 36 representantes do povo desta cidade, obviamente, não achamos em momento algum que seríamos sempre unanimidade, que a nossa voz ecoaria e que os nossos nomes seriam ovacionados pela população desta cidade. Obviamente que, em momentos de maior tensão, sofremos críticas pesadas, às vezes, eu já sofri muitas críticas usando este microfone e nem por isso pessoalizei tais críticas; elas fazem parte da nossa atividade. Eu acredito que os 36 representantes do povo de Porto Alegre, que fazem parte desta Casa Legislativa, que têm direito a voz, que têm direito a voto, deveriam honrar esses votos e dialogar com a população. Nós não precisamos neste momento de dedo na cara, nós não precisamos neste momento de agressões pessoais, verbais. Eu acho que isso não faz bem para ninguém. Nós, da bancada do PSOL, já deixamos muito clara a nossa posição. Nós somos favoráveis à iniciativa. O Ver. Mauro Pinheiro, que é o líder do governo nesta Casa, já expôs a necessidade de aprovação desse projeto, nós concordamos que precisamos votar. Precisamos, mas nós temos algumas reivindicações, e a principal delas – é claro que existem várias emendas propostas – é a questão da isonomia. Disso a nossa bancada não abre mão! Não abre mão! Mas nós estamos tentando construir, de forma dialogada, o convencimento das demais legendas desta Casa no sentido de que isonomia confere igualdade e respeito às pessoas. Se existem diferentes categorias de técnicos, por que não uma valorização igualitária a eles? É uma questão de respeito. É isso que está pautando o nosso diálogo e a nossa condução neste processo na tarde de hoje. Vamos discutir as emendas, vamos lutar por aquelas que nós apoiamos, obviamente que da questão da isonomia nós não abrimos mão, achamos que é justa, que é direito e que todos os técnicos devem ser igualmente valorizados pela nossa cidade. Uma boa tarde a todos e continuemos os nossos trabalhos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir o PLE nº 004/19.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente Brum, eu, na minha intervenção anterior, explicava que o Ver. Mauro Pinheiro, líder do governo, não sei se está querendo, por convívio com o prefeito Marchezan, adotar os mesmos métodos. Calma lá, Mauro Pinheiro! Conosco, não! Autoritarismo, conosco, não! Na reunião de lideranças, o Mauro Pinheiro fez a proposta de que era preciso discutir com urgência esses projetos, um projeto que nós já aprovamos - nós demos a urgência e aprovamos o projeto. O Mauro Pinheiro questionou esse projeto, e nós levamos os questionamentos às entidades que correspondem, aos trabalhadores que conhecem a matéria e que aproveitaram esse debate, que o próprio governo disse que era urgente, para trazer, sim, as suas pautas de reivindicação, que, do ponto de vista deles – e eu concordo -, melhora a saúde de Porto Alegre. Porque aqui o conteúdo que deve ser debatido é se é justo ou não é justo que trabalhos iguais, para a mesma formação, tenham ou não tenham salários iguais. O governo, o líder do governo, ao invés de fazer esculhambação no plenário, deve responder a isso. (Palmas.)

Então eu quero dizer que não é possível que numa hora os trabalhadores sejam respeitados e elogiados e no minuto seguinte sejam achincalhados por não concordarem com a posição que o governo tem. Para mim está claro, Ver. André Carús, o governo não aceita a isonomia.

A outra coisa que eu espero que se estabeleça, caso a Câmara não adote a posição correta de garantir essa votação, é evidente que vai ter campanha salarial; os trabalhadores vão lutar pelos seus direitos, e acho que o governo tem a obrigação de negociar, e, se o governo negocia de verdade, eu acho positivo, eu acho sempre positiva a negociação. Agora, é sintomático o desrespeito em relação aos dirigentes sindicais. Eu acho sintomático, sintomático de que o governo, na verdade, não pretende garantir salários iguais para trabalhos iguais, e eu creio que isso é uma grande injustiça.

Nós, portanto, sim, apelamos pela negociação, mas alertamos que o governo infelizmente não tem tido uma postura de fazer com que os contratos, quando esses contratos dizem respeito aos interesses dos trabalhadores, sejam cumpridos; se quer a lógica da terceirização... (Palmas.) Eu mencionei aqui a terceirização no HPS, porteiros sem receber os salários, nutricionista sem receber os salários, então o governo terceiriza e depois não cobra os contratos das terceirizadas. A terceirização é legal, mas não pagar salários não é legal, e o governo não cobra que esses contratos sejam, de fato, executados. Então, agora, quando temos a oportunidade de discutir uma legislação, é lógico que os trabalhadores têm que se mobilizar. O líder do governo só quer que os trabalhadores deem opinião se forem favoráveis ao que o governo pensa, mas daí não é diálogo, daí é também imposição. Então os trabalhadores fazem muito bem em participar. Eu insisto, estão num horário que poderiam estar cuidando das suas vidas e estão aqui escutando vereadores que usam a tribuna para atacar os servidores, mesmo depois de dizerem que são esses os servidores que garantem a saúde de Porto Alegre. São os que garantem o atendimento ou não são, Mauro Pinheiro? Se eles são os que

garantem o atendimento, eles devem ser respeitados e devem ser escutados, porque o respeito é a escuta. (Palmas) É muito fácil para um vereador vir, usar a tribuna, falar tudo o que quer, oposto ao que as pessoas pensam, e as pessoas não têm o direito a falar, de se manifestar. O vereador usa a tribuna, fala contra as pessoas, e, às vezes, até brigam com as pessoas que estão aqui assistindo. Se de fato o governo quer um debate, então, faz uma audiência pública para debater o assunto. Aí as pessoas podem falar. O que não é possível é da tribuna atacar as pessoas. Eu acho que nós necessitamos, sim, ter o máximo de respeito e, sobretudo, escutar as pessoas que trabalham na área. Se as pessoas que trabalham na área fazem um bom serviço, como o próprio líder do governo diz que fazem, é necessário que elas sejam valorizadas. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para discutir o PLE nº 004/19.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Prezado Paulo Brum que dirige os trabalhos; colegas vereadores e vereadoras; senhoras e senhores; trabalhadores da saúde aqui presentes; tem se repetido, nesta Casa, um diálogo entre surdos e mudos. Então, tem-se estrangulado o diálogo com a sociedade de Porto Alegre. Aconteceu isso, há poucos dias, com a votação que acabou com o estatuto do funcionalismo público, que foi aprovado, pela base do governo, e que apresenta um conjunto de prejuízos ao funcionalismo público de Porto Alegre. E o tema da saúde não é um tema qualquer. O tema da saúde é um tema que deveria ter muito diálogo, no qual deveria haver muito entendimento, Ver. Mauro Pinheiro, muito respeito nas relações, porque, cada um de vocês que aqui estão e muitos outros que aqui não estão, ficam andando, de dia, de tarde, atendendo às famílias, com chuva ou com sol, lá na periferia, assim como encontrei hoje lá no Jardim Albion, na Ponta Grossa, no meio da chuva, os agentes da saúde lá andando. E ultimamente não tem tido nenhuma medida pública estadual, municipal ou federal para melhorar a saúde.

Quero repetir aqui e cobrar do líder do governo, há poucos dias, quando o Bolsonaro, com sua medida incoerente e incoerente expulsou o Mais Médicos do País, o governo municipal disse: “No outro dia, colocarei mais médicos em todos os postos de saúde para auxiliar nisso”. Onde estão os médicos? Hoje está faltando médicos em todos os postos de saúde, e quem dá conta do recado são os enfermeiros, os agentes de saúde. (Palmas.) E aí, como não vamos estabelecer um diálogo se não existe a isonomia? Por que um pode ganhar mais do que o outro para fazer o mesmo trabalho? Por que, Ver. Mauro Pinheiro? E por que não se estabelece o diálogo com o funcionalismo para entender o nosso papel aqui, que não é rebaixar a política, no caso, da saúde, é para qualificar a saúde, é para qualificar a política da saúde. Portanto, trabalhos iguais, remuneração iguais. Essa é a lógica básica que podemos ter.

Segundo: temos uma emenda que propõe 20% de insalubridade para aquelas trabalhadoras e aqueles trabalhadores que trabalham em lugares insalubres, e sabemos

que isso é verdadeiro, porque as outras categorias que trabalham nas mesmas condições têm insalubridade, tem que ser estendido isso para valorizar. Bom, nós não somos contra, como já disse o Robaina, o Oliboni e outros, ao projeto, somos favoráveis, mas nosso papel aqui é dialogar e qualificar, mas dialogar com a postura civilizatória, com a postura de compreensão, dialogar onde vamos melhorar. Somos favoráveis, sim, que os médicos se diminua de 40 horas para 20 horas, pois só assim pode ser que os médicos brasileiros vão trabalhar lá no Rubem Berta, lá na Restinga, lá no Lami, lá na periferia, porque, se não, não vão. Essa é uma medida, Dr. Goulart, o senhor que é médico e não compactua em ter um contrato de 40 horas, mas ir lá assinar e ir embora. É isso que precisamos dialogar dentro desse processo, e todos nós sabemos que isso existe na prática.

Portanto, as emendas apresentadas são um instrumento de quê? De diálogo. Sendo instrumento de diálogo, quem deveria dialogar? O governo. Portanto, meu querido Mauro Pinheiro, nós queremos dialogar, queremos qualificar, queremos aprovar, mas queremos que o senhor nos ouça. Um grande abraço. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para discutir o PLE nº 004/19.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Eu quero cumprimentar quem me vaiou sem eu ter falado, porque facilitou a minha posição. Aliás, quero dizer o seguinte: não quero dizer que sou o pai, mas eu era o líder do governo aqui quando se priorizou o processo da criação do IMESF. E quero lembrar, Ver. Mauro, o senhor era da bancada do PT, que o senhor votou contra. O PT votou contra. O Ver. Mauro era da bancada do PT. Eu, em 2009, 2010, 2011, fui o líder do governo aqui na Casa, e veio para cá o projeto do IMESF e as emendas, e a bancada do PT foi contra. A bancada do PSOL, com o Ver. Pedro Ruas e a Ver.^a Fernanda Melchionna, era contra; a bancada do PCdoB, com a Ver.^a Jussara Cony, era contrária às emendas, votaram contra. Como é curiosa a roda do tempo. E eu vou explicar porque eles eram contra, é porque, na verdade, eles não queriam que vocês fossem celetistas. Eles queriam que fossem estatutários. E por que estatutário? Agora para os outros puderem compreender. Porque o estatutário é a grande massa que compõe a base política desses partidos. Respeite-se, mas é a grande massa. A advocacia hoje que esses partidos fazem no exercício das suas atividades se dirigem, principalmente, a essas categorias, é legítimo, ninguém está fazendo crítica. Têm outros que defendem empresários, outros a liberdade econômica, outros que defendem a causa *gay*, cada um defende uma causa, faz parte, e é legítimo que cada um defenda essas questões. Outros aqui defendem a causa animal. Não tem problema nenhum.

Agora, além disso, só para recontar para vocês um pouquinho da história, porque a história é dinâmica. Então, nós chegamos a este momento aqui. Eu fico muito feliz, porque eu, quando era líder do governo, chegava aqui no horário que eu tenho que

chegar, 8h30min, e, via de regra, eu não almoçava, eu pedia no meu gabinete um sanduíche, um hambúrguer, e ficava articulando com os vereadores as votações, e foi uma grande articulação para a gente conseguir aprovar o IMESF. Eles não queriam! Vocês hoje estão aqui, fico feliz porque vocês estão aqui, e fico feliz porque vocês estão fazendo esse trabalho que se dirige ao povo, porque vereadores, como eu, tiveram a coragem, contra eles, de, naquele momento, comprar essa briga, fazer esse enfrentamento e ganhar no painel – e ganhar no painel! Alto lá, devagar com as injustiças, porque não é bem assim: de um lado só tem o bom e do outro lado só tem o ruim, e alguém, eventualmente, porque numa coisa não concorda, é inimigo de vocês, é inimigo da saúde pública ou está contra vocês. Não é assim o mundo: dividido em duas partes, em bem e em mal, sempre tem outras nuances, outras facetas.

Dito isso, para me posicionar nesse cenário, quero dizer o seguinte: há, principalmente, duas questões aqui que estão sendo discutidas, das 11 emendas. Uma dessas questões diz respeito à insalubridade dos técnicos de enfermagem que querem se equiparar aos técnicos odontólogos. E uma outra questão é sobre os médicos e os dentistas, é isso?

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Isonomia é isso! É equiparação de duas categorias: dos técnicos de enfermagem em relação aos técnicos odontólogos, que há uma diferença de salário e insalubridade; e a outra é a dos enfermeiros e dentistas, técnicos de odontologia e enfermeiros, e, depois, a outra de enfermeiros e dentistas.

Quero dizer o seguinte para vocês: eu fui Presidente aqui da Casa no ano passado. Por mim falam os gestos quando eu tive a caneta na mão. Os meus colegas da sonorização tinham o direito, há muitos anos, de receber periculosidade. Pedimos um laudo, o laudo disse que era devido e nós demos a periculosidade a eles – insalubridade e periculosidade, os dois, eles escolheram. Quanto às minhas colegas taquígrafas, por quem tenho o maior respeito, sempre trabalhei de portas abertas as recebendo, veio um laudo dizendo que as taquígrafas não tinham direito. Por mais que eu quisesse dar, infelizmente eu era preso ao laudo e nós não conseguimos repor essa questão. O que eu disse ao vereador e o que eu quero dizer a vocês é que, às vezes, é muito fácil, no discurso, fazer a demagogia de vender uma coisa, e a categoria, é lógico, quer.

O que foi dito na reunião que foi promovida pelo Ver. Carús, em diálogo com vocês – diálogo que eu nunca me furtei de participar –, é que essas questões, mais importante do que serem discutidas aqui no projeto, entrarem aqui como contrabando e depois serem vetadas lá, mas já vou adiantar para vocês, infelizmente não vão passar, é terem que ser discutidas no dissídio da categoria, que aí eu que defendo a negociação que sempre deve existir entre governo e trabalhador, entre classe patronal e trabalhadores, que isso seja incluído no dissídio, a partir do laudo técnico, que tem que ser juntado ao processo e que ateste e que dê para o gestor a certeza de que a

reivindicação é justa e adequada. Se a reivindicação é justa, eu vou ser o primeiro a estar do lado para defendê-la. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLE nº 004/19.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver. Paulo Brum, senhoras e senhores, antes de mais nada, a Câmara de Vereadores não quer, não deve e não vai substituir o Sindicato da categoria. E o que nós estamos discutindo aqui não são questões do dissídio coletivo. Nós estamos discutindo aqui uma legislação que crie, efetivamente, as condições de trabalho de uma categoria importante, que cuida da saúde pública na ponta! Lá na ponta! Onde todas as mazelas da sociedade porto-alegrense aparecem em grau máximo! Máximo!

É bom lembrar que nesta cidade aumentou tremendamente o índice de tuberculose, de todas as questões que nós deveríamos ter superado – ou se não superado, chegando muito próximo – a soluções de uma cidade civilizada. Mas a cada chuvinha que dá, todos os bueiros e esgotos transbordam, as pessoas vão ficar doentes e cada vez mais doentes.

E nós temos que discutir aqui o mínimo dos mínimos: as isonomias. Como nós podemos aceitar que lado a lado estejam trabalhadores com a mesma capacitação técnica, profissional, institucional – porque cuidam da mesma questão: saúde pública –, com ganhos diferentes! É claro que vão querer aqui dizer que a forma de acessar os serviços da saúde tem os estatutários e tem os empregados. Vocês são empregados públicos, não deixam de trabalhar e prestar um serviço público. A forma de contratação é apenas diferente, alguns têm CLT, portanto, têm Fundo de Garantia, e outros têm o Estatuto do Servidor Público – essa é a única diferença que existe entre os profissionais hoje. Nós temos dito que vamos ter mais problemas logo ali adiante com as terceirizações, com as parcerias malfeitas. É por isso que, resumidamente, nós estamos aqui para dizer que estaremos juntos com os trabalhadores do IMESF para as melhores condições de vida das pessoas, de trabalho dos trabalhadores, servidores da saúde de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Em votação a Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 004/19. (Pausa.) O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público que acompanha a nossa sessão nesta tarde, de modo especial, os nossos trabalhadores da saúde, principalmente do IMESF. A Emenda

nº 01, queria chamar a atenção dos vereadores, dialoga não só sobre a manutenção do auxílio financeiro adicional, que é promovido todos os anos e que é lei federal, que repassa aos estados, e os estados aos municípios, nós podemos dar aqui alguns exemplos sobre esse auxílio financeiro. Quem recebe esse auxílio financeiro são os agentes comunitários de saúde. O governo municipal, para ter uma ideia, no final do ano passado deveria ter pago na integralidade o auxílio financeiro a todos os agentes comunitários, até agora não pagou. O governo disse que recebeu 50% desse valor. Ora, numa questão de obriedade, ele deveria ter repassado em 30 dias os 50%. Nos anos anteriores, o governo, assim que recebia a integralidade desse auxílio, repassava. No ano passado, os trabalhadores receberam em abril, ou maio o do ano de 2017.

Aqui na Câmara, tem uma Frente Municipal em Defesa do Programa de Estratégia de Saúde da Família e dos Trabalhadores, presidida por este vereador, e nós estamos dialogando, junto com os sindicatos, numa mesa de discussão, com o governo. O governo disse para nós o que estou lhes dizendo, que recebeu só 50%. A emenda não modifica e não complica nada, pelo contrário, ela diz que à medida que o governo federal repassa para o Estado, e o Estado repassa para o Município de Porto Alegre, em 30 dias, ele deverá repassar aos trabalhadores. É uma coisa óbvia, já deveria ter repassado, por exemplo, os 50% que recebeu e não repassou. É uma questão justa, e eu acho que é óbvio que 100% dos vereadores votem a favor de algo que é natural: se o governo receber, depois de 30 dias, ele repassa. Nós estamos discutindo na Frente Parlamentar com todas as direções dos sindicatos, agentes de endemias, agentes comunitários, Sindisaúde, sindicato de enfermeiros, sindicato médico, para que, a partir do próximo ano – seria deste, agora está prejudicado, porque, até então, nem repassaram –, os agentes de combate a endemias também possam receber esse auxílio, porque é uma obriedade. Nesse sentido, eu queria pedir a sensibilidade dos vereadores. Ver. Mauro! Ver. Mauro! Ver. Mauro Pinheiro! V. Exa. tem que entender, para liberar a base, que isso não muda em nada o projeto, apenas qualifica algo simples, dizendo para o governo: “Depois que os senhores receberem o auxílio, que o Estado receber do governo federal, que o Estado repassar para o Município, que o Município tiver o dinheiro em caixa, para não ficar aplicado para eles, que repassem aos trabalhadores, que é uma questão de direito e de dignidade”. Pessoal, nada complica, pelo contrário, ajuda a, definitivamente, dizer que, para hoje e para o futuro, os cidadãos terão o auxílio, ou o prêmio, como queiram dizer, e, ao menos, depois de 30 dias, eles estarão recebendo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 004/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 10 votos **SIM** e 20 votos **NÃO**.

O Ver. Airto Ferronato solicita Licença para Tratamento de Saúde no dia de hoje.

Em votação a Emenda nº 02, destacada, ao PLE nº 004/19. (Pausa.) O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso presidente, colegas vereadores e vereadoras, trabalhadores da saúde; lamentavelmente, cidadãos e cidadãs, dá uma impressão, e todos podem acompanhar, que só porque são emendas do PT ou do PSOL, parece que estão vacinados, votam contra algo que é muito bom, não tem nenhuma avaliação, ninguém fala nada e destroem com a carreira do servidor público. Lamentavelmente, neste quadro em que vivemos atualmente, nós não conseguimos construir algo de bom para a cidade, e nós percebemos que, ao longo de alguns meses foi assim. Parece que é o rolo compressor que passa e destrói programas que são importantes, porque este é o momento para corrigir algo injusto. A emenda anterior vinha corrigir algo que é injusto, ou o governo vai preferir ter o dinheirinho aplicado na conta ao invés de passar para o trabalhador o que é dele.

Os cidadãos que estão nos acompanhando sabem. Esta emenda trata, por exemplo, da redução da carga horária dos médicos, que nós não somos contra, nós somos a favor, Ver. João Bosco Vaz, de 40 horas para 20 horas semanais. Acontece que, se o governo não contratar mais médicos, vai funcionar 20 horas semanais, isto é, meio turno. O que nós estamos dizendo é que o governo pode contratar mais 280 médicos no horário em que ele vai perceber que não tem ninguém para atender. Porque na medida em que eu reduzo a carga horária de 40 para 20, eu pago um salário menor, eu passo a ter uma receita para contratar mais médicos para poder suprir o horário da tarde. É uma obviedade! Essa obviedade é que, muitas vezes, não se percebe a sinceridade dos colegas vereadores, em que nós estamos é dialogando para ter atendimento em Porto Alegre. Mas tem gente que não quer saber, porque o líder do governo votou contra, vamos todos votar contra, porque, senão, posso perder algo ali na frente. Isso é injusto! Não se pode vender o direito de parlamentar, nós somos eleitos pelo povo, e o povo tem o direito de cobrar de qualquer vereador. Isso o que nós estamos apresentando é para construir, de fato, uma estabilidade de atendimento médico, manhã e tarde – o governo quer defender o terceiro turno, mas tem que dizer para nós como ele vai preencher essas vagas que surgirão. Vão reduzir a carga horária de duzentos e poucos médicos? Vão ficar meio turno e o outro turno ficará sem médicos, logo, logo irá perceber e irá mandar um novo projeto de lei para Casa, pedindo autorização do Legislativo para contratar mais médicos – essa é a realidade. Por isso, pedimos apoio à emenda, porque é uma obviedade. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLE nº 004/19.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Eu vou tentar não usar os cinco minutos, agradeço ao Sr. Presidente, Ver. Paulo Brum. Eu subi em nome da

bancada do PSOL para dar um apoio ao Ver. Aldacir Oliboni, que teve a iniciativa de fazer a Emenda nº 02. O projeto de lei prevê duas vagas de administrador do IMESF. Na verdade, nós estamos tentando colocar no papel uma série de fatores que foram sendo agregados no IMESF desde 2011, e o Ver. Aldacir Oliboni amplia essa quantidade de vaga de dois para cinco – não é, Ver. Oliboni? E isso ao longo de todos os cargos que estão contidos dentro do projeto de lei. Na verdade, o que o Ver. Aldacir Oliboni... Aí eu lhe peço licença para tentar – usando a minha experiência como professor – esclarecer para uma plateia, que, muitas vezes, não quer compreender, o teor da sua emenda. Senhoras e senhores, vamos supor que num futuro não muito distante um governo que se preocupe com a saúde da população resolva contratar mais profissionais, porque acha que o número que tem não dá conta da demanda de uma cidade com o porte de Porto Alegre. Aí esse governo que tem a intenção, sim, de investir em saúde, em prevenção, em tratamento para pessoas doentes, pode, então, contratar uma quantidade significativa de profissionais para atender a demanda da cidade, e não apenas ficar fazendo de conta que oferece serviço público na área da saúde, porque, na verdade, o que se faz é desumano com os servidores que estão na ativa. Sobrecarga de trabalho, muitas vezes, tendo que repetir horários, dar conta além da sua capacidade física e emocional, porque, sim, há o impacto generoso, significativo, que afeta a saúde dos trabalhadores e das trabalhadoras deste Município. Lidar com pessoas não é fácil, é muito fácil quando tem um guarda-corpo separando a população das Vossas Excelências. Agora, quando se está frente a frente com a população, que muitas vezes têm raiva, não dos servidores, mas da gestão que é feita, daquele que comanda, daquele que não dá condições para que a saúde seja encarada como prioridade nesta cidade... Isso porque o prefeito está encastelado atrás de um muro, de uma parede de guardas municipais, que deveriam estar garantindo a segurança da população, mas, direcionados pela administração, garantem a integridade física da senhoria que está até 2020 – e espero eu que só até 2020 – encastelado no Paço Municipal. Aquele que não vai para a periferia, aquele que não conhece a cidade, aquele que não conhece a saúde, não conhece a educação, não conhece o porto-alegrense. Deu algumas bandinhas com uma câmera na mão durante a campanha eleitoral e depois virou as costas para o povo desta cidade. Faz de conta que esse governo quer efetivamente dar conta da demanda de saúde que a nossa população precisa. Precisamos de material humano, precisamos de trabalhadores, sem trabalhadores não se faz serviço público, simples assim. Então, nós estaremos aprovando a Emenda nº 02, garantindo que os próximos governos, que talvez – espero eu – se preocupem com a saúde da cidade, possam contratar mais efetivo para diminuir a sobrecarga dos trabalhadores que estão tentando dar conta da demanda, mas que por serem seres humanos, não conseguem carregar tamanho piano em suas costas. É uma alteração para os governos que queiram atender ao porto-alegrense, não necessariamente para o prefeito Nelson Marchezan Júnior, vamos pensar no futuro da nossa cidade. Um abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Obrigado, vereador. Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 02, destacada, ao PLE nº 004/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 10 votos **SIM** e 18 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 03, destacada, ao PLE nº 004/19. (Pausa.) O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo nosso Presidente, Ver. Paulo Brum; colegas vereadores, vereadoras, público que acompanha a nossa sessão nesta tarde. A Emenda nº 03 e a Emenda nº 04 tratam de mesmo assunto, da representatividade dos trabalhadores no conselho de curador e no conselho fiscal. O atual projeto, e os senhores podem perceber, cidadãos e cidadãs que estão nos acompanhado, não tem consonância com o plenário, portanto, eles não ouvem o que a gente está falando. Lá no projeto original, a representação dos trabalhadores estava por eleição. O que nós estamos dizendo é que facilita para os trabalhadores a escolha por assembleia geral, uma escolha muito simples. Qualquer eleição hoje tem custo, é uma enorme dificuldade, às vezes, mobilizar os trabalhadores, e o que nós estamos colocando aqui é que... Por exemplo, os representantes do governo são escolhidos de duas secretarias pelo prefeito municipal, tem facilidade. O que nós estamos dizendo aqui, em função do trabalho que dá para os sindicatos reunirem as suas categorias, é que acaba facilitando quando é por assembleia geral. Os trabalhadores terão os seus representantes, no conselho curador e no conselho fiscal, por meio de uma escolha em assembleia geral. Portanto, as Emendas nºs 03 e 04 são simples. É uma obviedade que os trabalhadores devem ter seus representantes, se modificaria apenas a forma da escolha. Pedimos a colaboração dos vereadores e das vereadoras. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 03, destacada, ao PLE nº 004/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 08 votos **SIM** e 22 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 04, destacada, ao PLE nº 004/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 08 votos **SIM** e 22 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 05, destacada, ao PLE nº 004/09. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 11 votos **SIM** e 20 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 07, destacada, ao PLE nº 004/09. (Pausa.) O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nobre Presidente, Ver. Paulo Brum; colegas vereadores e vereadoras; trabalhadores da saúde que estão conosco nesta tarde; cidadãos e cidadãs que acompanham a nossa sessão; neste momento, estamos votando umas emendas para qualificar o projeto que modifica a lei do IMESF –

Instituto Municipal de Estratégia de Saúde da Família em Porto Alegre. Por incrível que pareça, o governo não reconhece algo que ele deveria perceber e avançar, num momento tão importante como esse na elaboração de uma lei, que é a ideia de reduzir desigualdade ou reconhecer profissões, como é o caso, nesta emenda, que trata da insalubridade. Nós temos, hoje, um grupo significativo que trabalha no HPV, no HPS, que recebe insalubridade, por exemplo, sobre o básico. E nós temos uma grande maioria do IMESF, Ver. Conceição, que recebe a insalubridade pelo salário mínimo. Há uma enorme diferença, se nós fizermos os cálculos, para quem recebe pelo salário básico e quem recebe pelo salário mínimo, estes recebem bem menos. O que nós estamos fazendo, nessa emenda, é dar um tratamento igual para todos, quando o governo passaria a pagar a insalubridade pelo salário básico para todos os trabalhadores do IMESF. É isso o que nós estamos pedindo. Algo simples e concreto, para não termos alguém que seja valorizado o necessário, o mínimo, e alguém que não seja valorizado, porque recebe a insalubridade pelo salário mínimo. A diferença salarial já é gritante, por isso essa emenda corrige, sim, algo que é desigual, desumano e não poderia acontecer na área da saúde em Porto Alegre. Peço apoio dos nobres colegas vereadores e vereadoras.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 07, destacada, ao PLE nº 004/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 11 votos **SIM** e 20 votos **NÃO**.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Sr. Presidente, dizer que dialoguei com as lideranças sindicais e informei a razão, que eu quero tornar pública aqui: o art. 189 e o art. 193 da CLT determinam a fórmula do cálculo da insalubridade vinculada ao salário mínimo, e a decisão da Súmula nº 228, do TST, que fala ao contrário, foi cassada por uma medida do STF, do julgado do ministro Ricardo Lewandowski, que disse que a fórmula do cálculo é o salário mínimo. Portanto, de acordo com a jurisprudência consolidada no nosso País, eu não posso aceitar a emenda que o vereador está propondo.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Em votação a Emenda nº 08, destacada, ao PLE nº 004/19. (Pausa.) O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nobre Presidente, Ver. Brum; colegas vereadores, vereadoras; público que acompanha a nossa sessão; colegas vereadores, esta Emenda nº 08, o próprio secretário de saúde fez questão de me dizer, aqui no plenário, que eu estava corrigindo o projeto de lei, pois estava errado, pois ele não colocou no projeto de lei as atribuições dos agentes comunitários de endemias. Vão votar contra um projeto de lei sem as atribuições dos agentes comunitárias de

endemias? Lamentável! Ou isso é somente porque é uma emenda de um vereador da oposição? Aqui está a correção de um projeto de lei que está errado. Estamos apenas corrigindo o projeto de lei, e se isto não aprovarem, podem colocar tudo por água abaixo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 08, destacada, ao PLE nº 004/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 28 votos **SIM**, 01 voto **NÃO** e 01 **ABSTENÇÃO**.

Em votação a Emenda nº 09, destacada, ao PLE nº 004/19. (Pausa.) O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Vereadores e vereadoras, esta emenda busca a concretização de uma reivindicação de uma categoria que se mobilizou por esta emenda. A formulação desta emenda corresponde a uma justiça muito básica, a justiça constitucional de que um salário deve ser igual para trabalhos iguais, para funções que exigem a mesma qualificação profissional. É disso que se trata. Portanto, é uma emenda simples, que prevê que os técnicos de contabilidade, os técnicos de saúde bucal, os técnicos de saúde de segurança do trabalho têm o mesmo valor do que os técnicos de enfermagem. E quem sabe, quem conhece o funcionamento da saúde sabe que são os técnicos de enfermagem que garantem, inclusive, o atendimento nos postos, quando faltam os médicos que o governo por incompetência não contrata. São os técnicos de enfermagem que garantem o funcionamento da saúde pública em Porto Alegre. Dizer que se respeita a saúde pública e não garantir o direito básico constitucional da isonomia para trabalhos iguais, salários iguais, é, realmente, desrespeitar qualquer lógica. Então, o apelo que nós fazemos é que os vereadores e vereadoras votem pela isonomia. Nós estamos falando de trabalhadores que recebem salários baixos, nós estamos falando de trabalhadores que já estão há 4 anos sem reposição das perdas inflacionárias, desde 2016, desde o governo anterior. O apelo é básico. Nós sabemos, o governo disse que vai negociar, que esse assunto não compete à legislação, compete ao dissídio. Não! Esse assunto compete sim à legislação, compete à Constituição. Além do mais, é preciso que se diga, e o povo de Porto Alegre precisa saber, que essa Prefeitura faz assédio contra os trabalhadores, reprime a mobilização dos trabalhadores, essa Prefeitura não prega verdadeiramente a livre negociação. O que essa Prefeitura prega sim é atuar como uma patronal que corta direitos, que impede a organização e que intimida os trabalhadores. Esse é o método, infelizmente. Portanto, aqueles vereadores e vereadoras que realmente querem respeitar o direito constitucional do: trabalho igual, salário igual, aqueles vereadores e vereadoras que respeitam o trabalho dos técnicos de enfermagem, que sabem a importância que tem esse trabalho, precisam votar nessa emenda, porque essa emenda realmente é muito básica.

A população precisa saber, os postos de saúde, o funcionamento da nossa saúde está nas costas – nas costas –, está sendo carregado, em boa parte, pelos técnicos de enfermagem. Portanto, eles têm de ser respeitados. (Palmas.)

A Câmara de Vereadores tem a sua obrigação, não é possível que os vereadores não percebam isso. Os vereadores têm um rendimento que é superior a R\$ 10 mil, não é possível que não percebam que os trabalhadores que são técnicos tenham, pelo menos, esse rendimento básico de R\$ 3.260,00, para garantir a saúde dos porto-alegrenses. Nós não estamos falando de privilégios. Nós não estamos falando de privilégios. Nós estamos falando de salários baixos, estamos falando de um direito constitucional.

Então, o apelo que eu faço é esse, eu sei que tem vereadores que defendem que haja sim um dissídio, uma negociação, mas nós estamos na hora do voto. A hora do voto é uma oportunidade ímpar para garantir um direito, e nós apelamos para que os vereadores votem pela garantia desse direito, do direito à isonomia, é o básico pelo qual se mobilizam os trabalhadores do IMESF, e, todos aqueles que respeitam a saúde, devem votar nesta emenda. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. André Carús está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 09, destacada, ao PLE nº 004/19.

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (MDB): Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, eu acho que nós, na semana passada, fizemos uma tentativa importante, recebemos aqui as representações do Sindicato dos Enfermeiros, do Sindisaúde, do Sindicato dos Odontólogos, diversos vereadores participaram, o Ver. Tessaro, que também integra conosco a COSMAM, os vereadores Robaina, Sgarbossa, Oliboni, e dali tiramos o encaminhamento de um documento que de imediato foi repassado ao secretário municipal de saúde, Pablo Stürmer, e os pleitos das três categorias são absolutamente justos.

Hoje pela manhã fizemos uma nova reunião, convocada pelo líder do governo, o Ver. Freitas, que é o nosso vice-presidente da COSMAM também participou, e nesta reunião nós reafirmamos o teor daquele documento, tratando dos temas que ora foram discutidos aqui, ora estão presentes também nas emendas. Eu atentei um pouco, porque tive que fazer um protocolo de um documento, e retornei agora à sessão, mas dali dessa reunião, de hoje pela manhã, tivemos um compromisso não só do secretário, mas também da direção do IMESF, que os pleitos seriam incluídos numa discussão de acordo coletivo, inclusive, existe uma reunião marcada já para o dia 16 de maio.

Eu entendo que o Ver. Robaina tenha que fazer aqui a luta política que é própria e respeitável do ponto de vista democrático, como oposição. E é isso que ele está fazendo, está marcando posições em cima da defesa, mas há quem faça também essa demarcação de posições de outra forma. E eu entendo e me coloco no lugar dos

servidores, ansiosos pela solução desse problema, mas nós vamos continuar encaminhando, e falo aqui e me dirijo aos representantes das entidades que nos procuraram, para que, efetivamente, se houve a sinalização, tanto da direção do IMESF, como da direção do secretário, que seja feita então na negociação do acordo coletivo. Segundo, eu quero só fazer um reparo aqui ao Ver. Robaina: se existe um Poder Legislativo no País que não seja privilegiado no que diz respeito a salários e verbas indenizatórias, esse poder é o Poder Legislativo de Porto Alegre. Não é! Aliás, nós estamos com vencimentos congelados, e nem por isso ficamos discursando, usando que a Câmara de Porto Alegre gasta um monte e não faz nada. Pois saibam o seguinte, que é esta Câmara quem decide os rumos da cidade. Ver. Robaina, de uma maneira bastante respeitosa, acho que essa dicotomia que a gente fica fazendo, esse maniqueísmo do nós contra eles, dos bons contra os maus não vai ajudar nessa construção. Perdoe-me, acho que o que vai ajudar nessa construção é o esforço conjunto que fizemos até agora, independente dos partidos, independente da oposição ou do governo, para que essa equiparação, essa isonomia, a concessão da insalubridade e os outros pleitos, que são legítimos, de fato, aconteçam. Eu sou favorável aos pleitos que estão aqui colocados, só não concordo com o encaminhamento como foi feito agora. Acho que eles têm que ser, sim, valorizados, são os técnicos de enfermagem que batem escanteio e cabeceiam, para usar um linguajar popular, mas não é numa matéria estranha a esse projeto que eles vão ser garantidos, Ver. Mendes. Então, eles que entrem no acordo coletivo e contem com a Câmara. Mas quem quiser contar com a Câmara e com os vereadores que estão aqui discursando não para jogar para a plateia, mas em busca de solução, que venha disposto a ouvir, porque quem não quer ouvir não vai conseguir nada daquilo que pleiteia para melhorar a sua condição profissional. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Dr. Goulart está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 09, destacada, ao PLE nº 004/19.

VEREADOR DR. GOULART (PTB): Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, amigos que nos visitam e TVCâmara; seria uma incoerência que eu não me manifestasse nos últimos projetos. Quero já agradecer ao meu partido que permitiu que eu votasse a como eu queria votar, a favor do Oliboni, a favor do Sgarbossa; quero agradecer ao meu partido que entendeu essa posição para não ser incoerente. Agora, para não ser incoerente, vou fazer mais do que votar a favor da isonomia, vou deixar agora aqui compromissado com o nosso líder, Mauro Pinheiro, que não é obrigação dos senhores conseguirem a isonomia, mas sim do governo chamar nos próximos momentos e negociar, junto com o sindicato, a isonomia. Eu queria deixar isso combinado com o Mauro Pinheiro. Certo? Combinado? (Pausa.) Combinado, Excelência? Não está me ouvindo. Mas eu, que sou um integrante da base do governo e tenho votado 90% com o governo, desta vez, espero que o governo faça um carinho e chame os sindicatos para negociar o que se chama de isonomia, uma vez que não pode

ser feito de maneira simples aqui na Câmara, tem que ser altamente negociado. Isonomia que o povo da saúde, que trabalha incessantemente 24 horas por dia, se for necessário, merece. Isonomia para quem merece. Governo, por favor, já combinei isso com o chefe do governo no Legislativo, e ele disse que sim.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 09, destacada, ao PLE nº 004/19.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores; chega à votação a emenda que nós, da bancada do PSOL, discutimos boa parte desta tarde. Eu gostaria de fazer um alerta para os vereadores que pregam que esse tema precisa ser negociado e discutido na data-base. Não é verdade. Esse projeto traz, nas suas tabelas, os vencimentos básicos dos servidores. Se os vencimentos básicos dos servidores não forem gravados nessa tabela e nesse projeto de lei, sempre vai haver diferença em remuneração por parte dos técnicos de enfermagem. Simples assim. Discutir data-base, discutir o dissídio da categoria determina o percentual de reajuste e a forma como vai ser reposta a perda inflacionária, ou os ganhos salariais para todos os servidores do IMESF. A data-base, ou dissídio, não é negociada caso a caso, cargo a cargo, é para toda a categoria, para todos os integrantes, ou seja, acorda-se um percentual, reposição da inflação, 1% acima da inflação, nada, como o governo Marchezan tem feito usualmente, mas a discussão é ampla, geral e para todas as categorias. O que nós estamos propondo através desta emenda, com a assinatura do Ver. Roberto Robaina, líder da oposição, é justamente gravar dentro da tabela que estabelece a remuneração básica dos servidores a isonomia necessária e merecida por parte dos técnicos de enfermagem. É isso. No adianta vir com conversinha mole de que na data-base, no dissídio se negocia a isonomia. Não! É aqui, é na tabela, é no projeto de lei! É aqui que se determina a isonomia! Data-base é o percentual de reajuste! Percentual de reajuste! Depois vão usar a isonomia dizendo: “Não, mas há uma diferença. Isonomia é quatro por cento? Quatro por cento para todo mundo; Dois por cento? Dois por cento para todo mundo”. É isso que se determina da data-base, é essa a negociação que é encaminhada. É o reajuste para todos os servidores. Portanto, é necessário para quem depende e quem quer realmente isonomia, sem conversinha mole, sem papinho besta, sem enganação, aprovar a Emenda nº 09. É isso que nós temos aqui. Simples assim. Se quisermos ter a diferenciação, então não se aprova a Emenda nº 09; se quisermos, realmente, isonomia, tem que gravar no projeto de lei a isonomia para todas as categorias de técnicos desta Capital. Boa tarde, continuemos os nossos trabalhos.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (MDB): Só uma questão, Ver. Prof. Alex. Que o senhor peça, com base no artigo próprio do Regimento, para retirar essas

expressões chamando os seus colegas de besta ou conversa mole. Acho que não cabe. O senhor é um vereador tão educado. Um professor da rede municipal, fazer essa adjetivação aos colegas, eu acho que não é adequado. Posições divergentes temos, mas respeitadas.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Eu falei amplamente “conversa de besta”. Se algum vereador se sentiu ofendido, eu lamento.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 09, destacada, ao PLE nº 004/19.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Trabalhadores do IMESF, senhoras e senhores, colegas vereadores, eu fui fazer uma pesquisa, o técnico em enfermagem é o profissional que atua sob a supervisão de um enfermeiro na promoção de ações e cuidados que garantam a saúde e o bem-estar dos pacientes. Essa é a definição ...

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Eu espero que vocês tratem os pacientes com mais educação do que estão me tratando. Está errado o que eu falei? Não é esse o técnico de enfermagem?

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Vereador, por favor, vou segurar o tempo de V. Exa. e peço a V. Exa. que não dialogue com a plateia, para não criar este atrito. Assim que o vereador terminar a sua manifestação, vocês podem se manifestar.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Eu não estou entendendo qual a razão da contestação, estou lendo aqui a definição do que é um técnico de enfermagem. Não há razão. Aliás, vou dizer mais, quando vocês vêm com esse tipo de postura com uma liderança sindical, vocês já saem perdendo de 70 a 30. Não é sequer inteligente isso.

A informação que o Ver. Roberto Robaina trouxe aqui, Sr. Presidente, é com relação à média salarial de R\$ 3.260,00. Eu quero dizer aos senhores que, de acordo com o Estado e de acordo com o local onde trabalha, os salários variam de R\$ 1.050,00, em iniciativa privada, até R\$ 3.400,00, aliás, mínimo R\$ 724,00 e máximo R\$ 3.400,00. Essa é a média salarial em nosso país. Órgãos públicos da saúde, a média é R\$ 2.039,00; consultórios privados, a média é R\$ 1.216,00; setor privado de saúde, a média é R\$ 1.823,00; setor administrativo, a média é R\$ 1.293,00; sindicatos, associações e ONGs, a média é R\$ 1.724,00. Eu só estou trazendo isso à guisa de informação. Então eu acho que, quanto mais bem forem pagos os trabalhadores, melhor.

Agora, a lógica que nós temos que estabelecer é a seguinte: nós vivemos, há 5, 6 anos, infelizmente, uma crise muito grande no nosso País, essa crise tem causado desemprego, especialmente no setor privado. Porque, infelizmente, no setor privado, quando uma empresa não consegue vender, quando não há mercado, o que a empresa faz, Ver. Freitas? Ela fecha. Muitas vezes, Ver. Janta, ela chama o sindicato e faz uma negociação, diminui carga de trabalho, inclusive, para preservar empregos. Diferentemente dessa questão, de uma crise que atinge a todos, no poder público, não há essa possibilidade – não há essa possibilidade! Então, nós acabamos...

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Por favor, eu só quero desenvolver o raciocínio, gente! Sr. Presidente, peço que segure o meu tempo.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Vou segurar o seu tempo e peço, por favor, vamos ouvir o vereador. Após a sua manifestação, vocês, por favor, se manifestem. Está à disposição, está bem? Não vamos criar esse diálogo que não leva a lugar nenhum.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Acho que é muito inobstante a incompreensão. Toda a pauta laboral é justa. Primeiro lugar, é preciso saber se ela é possível, se ela é factível, se ela cabe. É obvio que cada um de nós gostaria de dar o mais possível, ninguém aqui é tão perverso que não queira o bem-estar das pessoas. Agora...

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Não, por favor, eu estou falando, quantas vezes eu te atendi aí? Por favor, tu me respeites, quantas vezes eu te atendi? Embora tu sejas debochado e mal-educado, quantas vezes eu fui até aí para te ouvir? Então, por favor, deixas eu terminar. Sr. Presidente, eu tenho dois minutos ainda.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O tempo de V. Exa. está assegurado. Vocês só vão atrasar a votação, quanto menos vocês falarem, mais depressa poderemos encaminhar a sessão.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Eu espero que, na hora de aplicar uma injeção, na hora de ministrar um remédio, vocês tenham uma melhor educação do que isso. Espero, sinceramente, rogo a Deus.

Agora, quero dizer o seguinte: na iniciativa privada, se não tem dinheiro na empresa, a empresa fecha e demite. E o que o poder público faz? Aumenta imposto? Não é mais possível. Então, o que vai adiantar? Nós temos que ir para uma negociação coletiva, não é aqui. E quem vem aqui para fazer esse outro discurso de vocês, dizendo

que tem que ganhar mais, muito além do que o caixinha do poder público pode pagar, está fazendo demagogia! E se vocês quiserem ser enganados com isso, meus amigos, lamento, é problema de vocês. Agora, mais uma vez e de novo, isso tem que ser tratado na negociação coletiva. E se houver possibilidade dentro do caixa, dentro das possibilidades do Tesouro, ótimo, ou o IMESF, ou a Secretaria irá conceder isso, além do laudo que é absolutamente indispensável para dizer se aquela função é passível de receber insalubridade ou não. Muito obrigado. (Vaias.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda n^o 09, destacada, ao PLE n^o 004/19.

VEREADOR ENG^o COMASSETTO (PT): Sr. Presidente, colegas vereadores e vereadoras, senhoras e senhores, por que não fazer hoje o que querem deixar para amanhã? Se querem negociar amanhã, vamos negociar hoje! Claro, nós estamos aqui, este é o Parlamento, esta é a contradição. Não tem problema para nós ficarmos aqui mais uma hora, duas horas, acertar, ver os termos. Agora, vir aqui a esta tribuna dizer que não tem dinheiro para colocar na saúde, para investir na saúde, aí tem dois olhares, quem olha a saúde como gasto, sempre vai fazer esta conta: não tem dinheiro no caixa do governo. Saúde não é gasto, saúde é investimento. Saúde é investimento, sempre foi. Por favor, se não conseguem governar, deixem para quem sabe governar. Quero dizer mais, Ver. Cecchim, quando é que houve a ampliação da rede de saúde em Porto Alegre? Quando é que houve isso? Quando é que se criou a estrutura da saúde da família, Ver. Carús? Isso nós construímos lá nos nossos governos ainda, 232 equipes de saúde da família naquele período. O que aumentou? Nada, só minguou, só diminuiu. E agora, com a criação do IMESF, que teve um debate longo aqui... Naquele momento, é verdade, o PT votou contra porque entendia que todos vocês tinham que ser funcionários públicos de carreira, fazer concurso, abrir concurso. E, naquele momento, o Ver. Mauro Pinheiro votou conosco, pena que mudou de lado, se não, estaria aqui defendendo a mesma posição nossa, neste momento. Isso não é desrespeito, isso é cobrar posição política. Posição política não é irmos que nem zigue-zague, hoje está lá, amanhã está aqui, e não sabe... Bom, isso aqui não é negócio, isso aqui é fazer política com P maiúsculo. Isonomia significa o seguinte: trabalhos iguais, salários iguais. O que nós estamos dizendo aqui é que não pode ter trabalhos iguais com salários diferentes. Por exemplo, ali: por que uma de vocês, que estão lado a lado, pode ganhar 30% a mais que a outra, e fazem o mesmo trabalho? O mesmo trabalho! E aí não dá para querer nivelar por baixo: “Ah, está bem, vamos rebaixar a que está ganhando mais”, isonomia para baixo também não vale.

Eu já disse aqui nesta tribuna: o trabalho que faz o Instituto, com seus funcionários, de andar na periferia, com chuva, enfrentando o entendimento, dando orientação para as famílias, e quando chega lá no posto não tem remédio para levar para as famílias. Tem que ir lá fazer um desdobramento, verificar como é para encaminhar

para consultas, e, além de agentes de saúde, são psicólogos, assistentes sociais, porque é este o trabalho que fazem. Eu costumo dizer o seguinte: faz investimento em saúde, investimento em educação, investimento em qualidade de vida. O prefeito que faz isso não precisa gastar os R\$ 35 milhões que botou agora no orçamento para fazer propaganda da sua gestão. Faça um bom trabalho, pague bem o funcionalismo, que é a melhor propaganda que pode haver! São R\$ 35 milhões, Ver. Mauro Pinheiro, é vergonhoso, foram tirados do dinheiro que poderia ser colocado na saúde para fazer propaganda da gestão. E uma propaganda com *fake news*, porque diz que faz mas não faz.

Este governo, inclusive, é o mais democrático que tem. É verdade: tu andas na Restinga, na Rubem Berta, aqui na João Pessoa, e tem buraco igual para todo mundo, ele distribui buracos para toda a cidade, é um governo democrático, só nesse sentido.

E, já que este é um debate político, Ver. Carús, tem que vir aqui e assumir: “Nós não queremos pagar isonomia”, tem que vir aqui e assumir. Por que poder pode, tem R\$ 360 milhões no caixa da Prefeitura, positivo. Dinheiro tem. Grande abraço, tem que vir aqui e justificar na política.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 09, destacada, ao PLE nº 004/19, pela oposição.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu acho que o Valter fez uma exposição aqui, vou pedir para acelerar...

(Aparte antirregimental do Ver. André Carús.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Vereadores, por favor, há um vereador na tribuna. Ver. Robaina, estou segurando o seu tempo. Devolvo o seu tempo, vereador.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Eu quero dizer o seguinte, o raciocínio do Valter é o seguinte...

(Aparte antirregimental do Ver. Valter Nagelstein.)

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Foi compreensível o teu raciocínio. Qual é o problema? O teu raciocínio é o seguinte: tu fizeste uma certa definição de que a faixa salarial dos porto-alegrenses e dos brasileiros é muito baixa. Tu foste pesquisar os salários dos técnicos de enfermagem e deste uma série de valores. Um dos valores que tu mencionaste é de R\$ 3.400,00, maior, nesse caso, do que a

proposta desta emenda, então, têm outros salários que são menores. Eu acho que esse raciocínio deve nos preocupar pelo seguinte, não se pode ser acomodado em relação a isso. Eu vou pedir para que o Presidente pare a sessão porque não dá para trabalhar com uma confusão no plenário.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Vereador, o meu tempo tem que parar.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Está parado; estamos segurando o tempo do vereador.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Eu estou na tribuna e as pessoas têm que parar de achar que todo mundo comanda todo mundo. As pessoas têm que saber que há lógicas de disputa, de atritos que, às vezes, têm sua lógica própria, e eu acho que nós temos que tratar de dar o máximo de racionalidade e discutir com argumentos. Eu estou mostrando aqui que a argumentação do Valter é equivocada por dois aspectos: em primeiro lugar, o Valter aceita a lógica de que os salários são baixos, assim é a economia, assim os trabalhadores têm que se conformar. Eu não tenho essa lógica. Eu tenho uma outra lógica de funcionamento econômico. Nós estamos num País cuja concentração de renda é quase que a maior do mundo, então, a minha lógica, é a de lutar pela distribuição de renda e não a de chamar os trabalhadores a se conformarem com um salário miserável. Esse é o primeiro ponto.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): O segundo ponto, no pouco tempo que eu tenho porque ele não foi totalmente parado, mas eu entendo que é a lógica do conflito, o outro argumento profundamente equivocado do Ver. Valter Nagelstein é que ele não contextualiza a emenda. A emenda não está discutindo se o salário vai ser mais baixo ou mais alto, a emenda está discutindo a isonomia. Então, o que o Valter tem que demonstrar não é se os salários são mais baixos ou se são mais altos, se os trabalhadores têm que aceitar ou não o salário baixo. O que os vereadores que são contra esta emenda têm que demonstrar é que os trabalhadores técnicos em enfermagem devem ganhar menos do que os técnicos em contabilidade, técnicos em saúde bucal, técnicos em segurança do trabalho. Porque a nossa proposta justamente define que os trabalhadores técnicos em enfermagem não podem ganhar menos do que os técnicos em contabilidade, técnicos em saúde bucal e que os técnicos em segurança do trabalho. Essa é a proposta. É uma proposta de isonomia. Eu não vou discutir se são mil reais, dois mil, quatro mil ou cinco mil. Há uma proposta de isonomia na Mesa e nós estamos defendendo essa proposta! A nossa proposta é absolutamente clara: os trabalhadores...

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Eu acho que os ânimos estão exaltados e há uma lógica aqui: nós temos uma oportunidade, é para isso que eu estou chamando a atenção, dos vereadores e vereadoras cumprirem o que eu considero que é sua obrigação, que é votar de acordo com o que manda a Constituição, que determina que tem que haver isonomia em trabalhos iguais, salário igual! Essa é a lógica pela qual estamos apelando pelo voto. Se vai ter, depois, o dissídio, campanhas salariais, isso é outro departamento. Eu sei que há vereadores que por aí vão se esforçar para que esse dissídio tenha o melhor resultado possível. Eu não vou questionar intenções, mas o fato é que essa votação vai demonstrar de que lado cada um está nesta matéria.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 09, destacada, ao PLE nº 004/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 10 votos **SIM** e 22 votos **NÃO**.

(O Ver. Reginaldo Pujol assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em votação a Emenda nº 10, destacada, ao PLE nº 004/19. (Pausa.) O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Srs. Vereadores, nós temos mais duas emendas, Ver. Robaina, eu queria aceitar o seu desafio e fazer esse debate. A primeira questão de justiça tributária: nós temos uma cidade de 1,5 milhão de habitantes. Nós temos, nesse universo, Ver.^a Karen, 30 mil servidores públicos para 1,5 milhão de habitantes. Portanto, tirando os servidores públicos dessa conta, nós teríamos, de um lado, 1.470 milhão de pessoas. E 53% do orçamento de Porto Alegre ficam com essas 30 mil pessoas, e 47% sobram para as outras 1.470 milhão de pessoas. E, com esse dinheiro que sobra, tem que se virar com posto de saúde e manutenção, com escola e manutenção, com rua, com praça, com parque, com parada de ônibus, com manutenção e zeladoria da cidade. É isso, Ver. Comassetto, que o senhor defende como investimento? Não é investimento. Na verdade, é injustiça. Por mais que eu queira estabelecer justiça e por mais que eu me levante contra um argumento, que é falacioso, de dizer que nós estamos sendo injustos com os servidores, quando nós fazemos isso, nós estamos sendo justos com os 1.470 milhão de porto-alegrenses que, via de regra, estão fora desta conta. Então, não é que se tem de fazer investimento. Que bom que tem de fazer investimento, mas desde que o dinheiro desse em árvore. Se o dinheiro é o mesmo, se o orçamento da cidade é de R\$ 7,5 bilhões, e desses recursos 53% está comprometido com folha, o que eu vou fazer? Eu tenho margem para aumentar o

comprometimento com folha? Aliás, para o futuro, eu, se pudesse, Ver. João Bosco Vaz, iria terceirizando cada vez mais, fazendo mais contratos, diminuindo, se possível, para 30% o comprometimento com folha. Na área da saúde... Por exemplo, eu daria *voucher* na educação, porque o professor entra ali e serão 50 anos que ele vai ficar casado com o poder público. Se eu der um *voucher* para uma família carente, ele vai escolher qual é a escola que ele quer botar, e, se ele não estiver satisfeito, no final do ano, ele troca para uma escola privada ótima. Se não quiser, troca de escola. E o poder público vai ver se aquela família de fato é carente, se aquela família precisa, e dá aquele recurso, aquela bolsa para a família. É muito mais justo. Agora, outro argumento ... Ver. Robaina, diferentemente do que eu fiz, que dei atenção a ele, ele não me dá, porque, certamente, não há o interesse nesse debate, nesse diálogo, é a questão de dizer que os técnicos são tudo a mesma coisa. Desculpa, o senhor nunca trabalhou em lugar nenhum. Eu sei que o senhor é militante da extrema-esquerda há muito tempo, e que foi funcionário aqui durante muito tempo, mas o senhor nunca deve ter trabalhado numa empresa.

(Aparte antirregimental do Ver. Roberto Robaina.)

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Bancário? Que bom! Eu fui estagiário, auxiliar administrativo I, auxiliar administrativo II, auxiliar administrativo III, executivo de núcleo, chefe de gabinete da presidência, advogado, consultor jurídico da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul, trabalhei dez anos lá dentro, fui gerente do Sesi, e posso lhe dizer o seguinte: tem técnicos diferentes. Tem o técnico que cuida do torno, tem o técnico disso, técnico daquilo, cada um deles com uma classificação e um salário. Mas quem não sabe disso é quem nunca trabalhou, quem nunca botou o pé dentro de uma empresa. Então vai dizer que porque é técnico, é tudo o mesmo salário. Não existe isso, Cassiá. Existem técnicos diferentes, de especializações diferentes, de naturezas diferentes, de sindicatos diferentes, cada um deles recebendo de acordo com aquilo que define a sua categoria, de acordo com a sua especialização, de acordo com a sua *expertise*. Mas é óbvio! Se tem um técnico numa área da saúde e um técnico em outra, às vezes eles têm especializações diferentes, e é lá na descrição das suas atividades que vai ficar definido o que cada um faz, o que o outro faz, e lá vai ficar definido como eu quero me empregar numa função, quanto vou ganhar, e se eu quero ir para outra, quanto vou ganhar. Então, se eu quiser ganhar mais, eu faço o concurso, inclusive para um cargo maior. No outro dia aquele rapaz que saiu daqui, que discutiu com o Ver. Carús, brigou comigo e me xingou porque eu disse que o médico e o enfermeiro eram diferentes, e ele disse: “Mas por quê?” Como, por quê? Ele queria isonomia... Eu não me importo de arguir ou debater nenhum dos argumentos que o senhor trouxe porque todos eles, ante a realidade, se desmancham. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 10, destacada, ao PLE nº 004/19.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Sr. Presidente, senhoras e senhores, passamos a tarde aqui votando emendas, a maior parte inconstitucionais, como é o caso dessa também. Primeiro porque, vindo o projeto do Executivo ao parlamento, ele vem com uma reserva de valores para ser gasto no projeto, a Câmara pode alterar a alocação dos recursos, mas não pode aumentar o gasto total do projeto que é o que resultariam por fazer. Primeiro, ilegal seria se nós acatássemos as propostas feitas. Segundo, várias emendas aqui tratadas, por exemplo, a que tratava da insalubridade, plenamente ilegal e inconstitucional, é o art. 194 e o art. 195 da CLT, que é o regime de contratação dessas pessoas, que estabelece os casos em que há ou não insalubridade, periculosidade. Requer a lei federal, inclusive, a realização de perícia, art. 195 da CLT, que a lei municipal não pode revogar. Estaríamos aqui aprovando uma emenda que revogaria parte da CLT, obviamente, não se sustentaria juridicamente. Aliás, ouvimos também falar aqui em gastos com publicidade. Eu quero dizer que sou contra o Executivo gastar com publicidade, sou contra, votaria contra. Agora, curioso é alguém que apoiou o governo Tarso Genro, que durante os seus 4 anos gastou R\$ 400 milhões com publicidade, subir aqui para fazer esse tipo de argumento. Por fim, agora, 18h23min da tarde, as galerias vazias, foram embora, foram embora as senhoras que estavam aqui. Por que será? Primeiro, trouxeram cartazes prontos dizendo: “Agora é greve”. Ou seja, não vieram aqui negociar, conversar. Vieram aqui com uma decisão tomada, querem sustentar politicamente uma greve, porque nós sabemos que há - o Ver. Mauro Pinheiro já falou nisso aqui – um domínio político-partidário das organizações sindicais da cidade. Isso é transparente, óbvio. Aliás, tem um senhor, que agora foi embora – são 18h25min, eu acho que teve que voltar à repartição para bater o ponto e dizer que passou o dia trabalhando hoje – que está aqui em todas as pautas, é grevista profissional, qualquer assunto da Prefeitura ele está aqui, “vamos fazer greve agora”. Porque “nós, do DMAE, vamos fazer greve”; “nós, do IMESF, vamos fazer greve.” Qual é o trabalho dele? É não trabalhar. Então, de novo, encaminhamos contra a emenda, me poupei de subir à tribuna, porque era, manifestamente ilegais durante da tarde inteira, mas há um momento em que a paciência acaba e é preciso dizer: a grande maioria das categorias que está com os salários estabelecidos neste projeto, tem salários 10, 20, 30 ou até 40% maiores do que os que são praticados pela mesma, para a mesma função em hospitais e clínicas da rede privada de Porto Alegre. Ainda assim – o Ver. Valter falou nisso – os cartazes são de “agora é greve”, por quê? Porque o que eles querem é exercer a sua função sindical, que é a greve, Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 10, destacada, ao PLE nº 004/19.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu queria perguntar ao autor da emenda de onde foi tirado o valor de sete mil e poucos reais. Conforme o Coren do Rio Grande do Sul, um gerente de enfermagem ganha R\$ 7.662,00; enfermeiro nefrologista, R\$ 4.144,00; coordenador de enfermagem, R\$ 4.082,00; enfermeiro obstetra, R\$ 3.718,00; enfermeiro de UTI, R\$ 3.381,00; enfermeiro do transporte, R\$ 3.207,00; enfermeiro-chefe, R\$ 3.140,00; e, pasmem, professor de enfermagem, R\$ 2.293,00. Conforme o Sistema Nacional de Emprego – Sine, a média de salário da enfermagem no Brasil é, no início de carreira, para os recém-formados, R\$ 1.818,00, e pode chegar, aos profissionais mais experientes, que trabalham em grandes empresas, a R\$ 4.579,00. O que se aproxima desse salário que foi proposto aqui é o enfermeiro auditor, que ganha R\$ 1.886,00 inicialmente e, no final de carreira, R\$ 7.785,00.

Votei a favor das outras emendas e gostaria de entender de onde foi tirado esse salário de enfermagem para atender somente ao Programa de Saúde da Família, eu gostaria que o vereador que propôs a emenda subisse na tribuna e explicasse, até para nós podermos votar, entender de onde saiu esse salário de sete mil e poucos reais. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 10, destacada, ao PLE nº 004/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 09 votos **SIM** e 24 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 11 ao PLE nº 004/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 33 votos **SIM**.

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o PLE nº 004/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 34 votos **SIM**.

A sessão deve terminar dentro de poucos minutos, acho de todo conveniente, e peço aos senhores que concordam com esta nossa posição declarar encerrada a presente sessão, já que os resultados concretos da sua realização foram enormes, com votação de vários projetos que estavam há mais tempo impedindo a decisão da Casa. Agradeço a presença de todos.

Está encerrada a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 18h35min.)

* * * * *